

DN

Diário de Notícias

ABEDIN TAHERKENAREH / EPA

América à espera da retaliação do Irão

Trump clama “êxito” da ‘Operação Martelo da Meia-Noite’, mas falta saber se foi o fim das ambições nucleares iranianas

14 bombas fura-‘bunker’, sete bombardeiros furtivos e dezenas de mísseis no ataque dos EUA

Teerão pode visar bases americanas ou bloquear Estreito de Ormuz.

PÁGS. 6-9 E EDITORIAL

Governo avança hoje com alterações na Lei da Nacionalidade

POLÍTICA Conselho de Ministros reúne-se para discutir aumento do tempo de permanência para o direito à nacionalidade, além de mudanças na Lei dos Estrangeiros, com previsão de aperto nas entradas e regras a serem cumpridas pelos imigrantes.

PÁG. 10

GUIDO GRILLENMEIER
ESPECIALISTA EM CIBERSEGURANÇA
“Não ter, pelo menos, um plano de resiliência é o mesmo que jogar à roleta russa” PÁGS. 16-17

UNIÃO EUROPEIA
Na Polónia, Ucrânia é assunto diário e ameaça da Rússia é preocupação unânime PÁGS. 20-21

CRISTIAN MACELARU
DIRETOR DO FESTIVAL ENESCU
“Roménia sempre deu importância à Educação. E sobretudo a Educação Musical tornou-se uma obsessão”

PÁGS. 26-28

CICLISMO

João Almeida vence a Volta à Suíça. É a 3ª corrida que ganha esta época

PÁG. 24



Artigo do Comissário Europeu Magnus Brunner no DN

Quarenta anos de Schengen

PÁG. 22



Editorial

Leonídio Paulo Ferreira

Diretor adjunto do Diário de Notícias

Americanos e iranianos

Quando Teerão acolheu entre 28 de novembro e 1 de dezembro de 1943 uma cimeira com Franklin Roosevelt, José Estaline e Winston Churchill, quase que se podia dizer que o presidente americano pisava um país que continuava a debater-se para se libertar tanto da influência russa, como da britânica, e que os Estados Unidos pouco contavam no Irão, que alguns anos antes tinha assumido internacionalmente o seu nome, em vez do antes utilizado Pérsia.

Foram precisas mais cimeiras de líderes, e ainda quase dois anos de conflito contra as potências do Eixo, mas com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, os britânicos viram o Império desaparecer em poucos anos, e americanos e russos (então na versão soviética) tornaram-se as duas superpotências capazes de mandar no mundo.

No Irão, um dos países fundadores das Nações Unidas, a ambição de aproveitar os novos tempos que viam as potências europeias recuar em influência, foi encarnada a dado momento por Mohammed Mossadegh, primeiro-ministro popular – e por isso tolerado pelo xá Reza Pahlavi – que decidiu avançar com a nacionalização do petróleo.

Apesar de serem os interesses britânicos que estavam em jogo, acabaram por ser os americanos a intervir. Em 1951 a revista *Time* punha Mossadegh na capa como “Homem do Ano”, por causa das nacionalizações, mas em 1953 tudo tinha mudado e mesmo que o político iraniano não fosse comunista, mas sim um nacionalista, a CIA avançou com o seu famoso golpe. Um golpe que muitos consideram ainda ser a base da traumática relação entre o Irão e os Estados Unidos, que agora atingiu novo ponto crítico com o bombardeamento de três instalações nucleares iranianas por or-

dem do presidente Donald Trump. Que a *Operação Martelo da Meia-Noite* tenha acontecido ao mesmo tempo que Israel está em guerra com o Irão, fez já as autoridades de Teerão falarem de “traição” e alertarem para “consequências duradouras”. Vem aí a retaliação?

Depois de 1953, Estados Unidos e Irão estreitaram laços. De repente, tornaram-se grandes aliados, no contexto da Guerra Fria, e também Israel beneficiou. Mas Reza Pahlavi governava pelo medo e, sobretudo a sua polícia política, a SAVAK, era tão temida que ainda é um nome que horroriza muitos iranianos. A revolução de 1979 foi contra a monarquia, uma ditadura que reprimia em nome da ocidentalização. E se a liberdade não chegou aos iranianos foi porque os religiosos xiitas emergiram como a mais forte das facções, com um líder carismático, Khomeini, que regressou do exílio como um libertador.

A queda do xá, significou também a queda em desgraça da relação entre o Irão e os Estados Unidos. O episódio do sequestro da embaixada americana em Teerão afastou de vez os dois países. Até hoje não voltaram a ter relações diplomáticas, nem sequer quando o acordo nuclear promovido pelo antecessor de Trump na Casa Branca, Barack Obama, foi assinado, com Teerão a aceitar vigilância internacional sobre o seu programa nuclear, oficialmente para fins civis, e em troca Washington a prometer o levantamento gradual das sanções que asfixiam a economia iraniana.

Os Estados Unidos, no primeiro mandato de Trump, recuaram no acordo. Mesmo quando Joe Biden, que foi vice-presidente de Obama, esteve depois na Casa Branca, não houve confiança para retomar o antes combinado. Com alguma surpresa, Trump de novo na Presidência, ainda deu a entender que a di-



Cartaz anti-americano em Teerão.

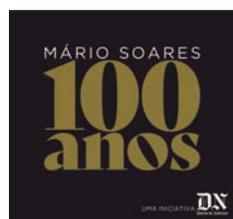
plomacia podia voltar a acontecer, mas a situação no Médio Oriente tinha mudado tanto que, de certa forma, os Estados Unidos foram forçados a seguir Israel. Trump, que no primeiro mandato se destacou por evitar o envolvimento em guerras, e que foi eleito por muitos americanos cansados do envolvimento do país além-fronteiras, atacou o Irão.

Há dez dias que Israel atacara o Irão. Com o objetivo de destruir quaisquer ambições nucleares de um inimigo declarado. Também a sugerir aos iranianos uma revolta contra o regime dos *ayatollahs*, hoje liderado por Ali Khamenei. Benjamin Netanyahu, um líder contestado internamente, até quando ataca o Hamas, em Gaza, tem na questão

do Irão um vasto apoio dos israelitas. O que só o pode confortar que agiu no momento certo contra o Irão, país que denunciava há muito. Que a resposta ao ataque do Hamas a Israel a 7 de outubro de 2023 tenha enfraquecido os aliados do Irão, sobretudo o Hezbollah no Líbano, convenceu-o de que havia uma janela de oportunidade. A resposta iraniana está a ser dura, com destruição em Telavive, Jerusalém e outras cidades, mas a superioridade militar israelita tem sido manifesta. Faltava, porém, a bomba americana que fura *bunkers*. Que agora chegou. Graças a Trump.

O Irão vai responder. Ali Khamenei disse-o ainda antes deste ataque. No regime debate-se certamente o que fazer para salvar a face. Atacar bases americanas? Fechar o Estreito de Ormuz e causar uma crise petrolífera global? Não retaliar será visto como uma humilhação. Haverá quem fale dos 2500 anos de Civilização Persa, quando a América vai em 2026 celebrar 250 anos. Mas os Estados Unidos são demasiado fortes. A resposta inteligente não pode trazer ainda mais destruição a um povo que não será grande adepto do regime, como não o era do xá, mas que sobretudo não quer ser bombardeado.

O Irão ainda tem hipótese de ter a bomba? Essa é a grande incógnita. Já não se trata de se quer ou não. Israel e Estados Unidos não deixarão que aconteça. Os europeus também não querem. E os países árabes estão aliviados. Não haverá nova Cimeira de Teerão, mas talvez a diplomacia tenha mesmo de assumir o seu papel. E haver, um dia destes, uma cimeira para tentar resolver tantos dos conflitos intermináveis do Médio Oriente. Trump mostrou o quanto é poderoso. Diz querer a paz já. Que mostre que tem poder para impor outra agenda e acabar com estas guerras.



Global Media Group

23.6.2025

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Margarida Vaqueiro Lopes e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Carlos Nogueira e Sofia Fonseca **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Ilídia Pinto, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Mariana de Melo Gonçalves, Nuno Tibiriçá, Rui Miguel Godinho, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** (Global Imagens) Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão, Paulo Spranger e Reinaldo Rodrigues **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. **Tel.:** 213 187 500. **Fax:** 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. **Tel.:** 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. **Tel.:** Redação: **VISAPRESS** © Direitos de Autor Protegidos **apct**

Ler é poder. E agora é grátis!

Se tens entre 15 e 18 anos, resides em Portugal e queres ter acesso ao melhor jornalismo, inscreve-te no **Diário de Notícias**

Aproveita a **Assinatura Gratuita** do Diário de Notícias durante **2 anos!**



1. Entra em: assinaturas.digital.gov.pt
2. Usa a Chave Móvel Digital ou Cartão de Cidadão
3. Escolhe o **Diário de Notícias**
4. Verifica o teu e-mail
5. Ganha acesso a todas as nossas notícias

Esta oferta faz parte de uma das medidas do Plano Nacional de Literacia Mediática





O Mundo Visto do Centro

Bernardo Ivo Cruz

Entre a força e o direito: implicações do caso iraniano

Na madrugada de ontem, os Estados Unidos conduziram ataques cirúrgicos no Irão. E, portanto, este texto corre um grande risco de envelhecer mal antes de chegar às mãos da pessoa (se for uma) ou pessoas (se forem duas) que o leia ou leiam.

Antes de mais, importa lembrar o óbvio: a ameaça de um Irão dotado de armas nucleares é séria e não deve ser ignorada. Foi precisamente para conter esse risco que, em 2015, os Estados Unidos e vários parceiros internacionais celebraram um acordo internacional com o Irão, impondo limites rigorosos e verificáveis ao programa nuclear em troca do levantamento de sanções. O acordo demonstrou que a diplomacia podia produzir resultados tangíveis. Porém, a sua revogação unilateral em 2018, por decisão de Donald Trump, enfraqueceu esse caminho e criou um vazio estratégico que poderá ter levado à situação atual.

Os efeitos reais do ataque ao programa nuclear iraniano só poderão ser verificados a médio prazo, embora os efeitos na paz possam ser mais rápidos, uma vez que o ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão anunciou que o país irá responder. Já as repercussões para o sistema jurídico-constitucional norte-americano e para o sistema internacional foram imediatas.

Do ponto de vista jurídico interno, a decisão de ontem foi tomada sem autorização prévia do Congresso, contrariando o artigo I da Constituição dos EUA, que atribui ao Legislativo o poder exclusivo de declarar guerra e contrariando também a *War Powers Resolution*, aprovada em 1973, que só permite ações militares sem consentimento do Congresso em caso

de ataque armado ou perigo iminente às forças americanas, o que não foi o caso. Assim, a legalidade interna do ataque está formalmente em causa.

Externamente, o secretário-geral da ONU expressou profunda preocupação, classificando os ataques como “uma escalada perigosa” que “poderia fugir rapidamente ao controlo” e reafirmando que “não há solução militar” — apenas a diplomacia e alguns dos principais aliados dos EUA, nomeadamente a Austrália, Nova Zelândia, México, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido, Itália e a União Europeia, reforçaram o apelo à contenção e ao regresso à negociação multilateral, sublinhando a importância de evitar uma nova escalada.

Por sua vez, China e Rússia criticaram com firmeza a operação, destacando a falta de mandato do Conselho de Segurança da ONU e advertindo para os riscos de instabilidade regional e global.

Finalmente, países da região, como Iraque, Omã e Líbano,

manifestaram sérias preocupações com o impacto estratégico do ataque, apontando para as consequências danosas de uma escalada militar no Médio Oriente.

Do ponto de vista do funcionamento do mundo, este ataque evidencia mais do que o uso questionável da força, representa uma erosão continuada das instituições que sustentam a democracia e a paz. Ao ignorar a Constituição e contornar o Conselho de Segurança da ONU, os EUA assinalam um precedente preocupante: que a força pode suplantar o direito e que os mecanismos destinados a prevenir decisões precipitadas podem ser relegados pela urgência (ou expediência) política.

Para um país como Portugal, com uma tradição de diplomacia multilateral, participação ativa nas instituições internacionais e compromisso com o direito internacional, a defesa de uma ordem global baseada em regras não é uma questão abstrata, mas uma condição estratégica. A nossa segurança, influência e capacidade de afirmar interesses próprios dependem do respeito pelas normas, da previsibilidade dos comportamentos dos países e da eficácia dos mecanismos diplomáticos, pois é precisamente em tempos de tensão que o direito, e não a força, protege os países de menor dimensão.

Se no século XX construímos instituições para prevenir a guerra, no século XXI não podemos deixá-las morrer sob o império da urgência ou da eficácia. De facto, as regras não restringem o uso da força mas legitimam-na. E defender esse princípio é também defender Portugal.

Professor Convidado IEP/UCP e NSL/UNL

OLHAR

Foram muitos os visitantes que ontem aproveitaram a temperatura amena que marcou a tarde de domingo para dar um passeio pelo último dia da 95.ª edição da Feira do Livro de Lisboa, no Parque Eduardo VII, em pleno coração da capital portuguesa. A feira, que começou a 4 de junho e teve ontem o seu encerramento, contou com 350 pavilhões e diversas iniciativas, como sessões de autógrafos e conversas com escritores. A programação da maior festa dedicada ao livro no país, organizada pela Associação Portuguesa de Escritores (APEL), incluiu concertos e espetáculos gratuitos além das 963 marcas editoriais e mais de 85 mil títulos diferentes.

FOTO DE REINALDO RODRIGUES



A Psicologia ao serviço de todos nós

Rute Agulhas

Estudantes universitários à beira de um ataque de nervos

Muitos alunos do Ensino Superior sentem ansiedade, depressão e *stress*tóxico. Estão desmotivados, cansados, têm dificuldades em dormir e recorrem, não raras vezes, a medicação psicotrópica como forma de lidar com a situação.

Um estudo recentemente divulgado e realizado pelo Observatório dos Ambientes de Aprendizagem Saudáveis e Participação Juvenil, e que envolveu mais de 2300 estudantes entre os 17 e os 35 anos de idade, revela dados muito preocupantes e que nos obrigam a uma reflexão conjunta.

Sabemos que o Ensino Superior carrega consigo um conjunto de desafios e que, naturalmente, tem de ser exigente — afinal de contas, é lá que se formam os fu-

turos profissionais de tantas e tantas áreas que, amanhã, irão mergulhar na vida real daquele que é o mundo do trabalho. Para tal, precisam de um conjunto vasto de conhecimentos e competências, de treino e ensaio, de modelos e *feedback*.

Sabemos ainda que a motivação é a principal força motriz de todo este percurso académico — e muitos alunos sentem-se profundamente desmotivados. Alguns estão também longe do seu país e da sua família, outros vivenciam dificuldades económicas...

É neste contexto que surge o *stress*tóxico, em que se sente uma enorme discrepância entre os recursos disponíveis e as exigências da situação. O *stress* pode manifestar-se com sintomas cognitivos (p. ex., preocupação constan-



te, dificuldades de atenção e concentração), emocionais (p. ex., ansiedade, medo, tristeza, pessimismo, humor depressivo), comportamentais (p. ex., isolamento social, envolvimento em comportamentos de risco, consumo de substâncias) ou mesmo físicos (p. ex., fadiga persistente, dores de cabeça constantes, insónias, perturbações alimentares, tensão muscular).

Se pensarmos numa lógica remediadora, encaminhamos os estudantes que já exibem sintomatologia para consultas de Psicologia – quase inacessíveis no Sistema Nacional de Saúde, o que reforça a importância do recente Cheque Psicólogo, pese embora as limitações deste (dado o número de consultas disponíveis que não permitem, de forma alguma, uma intervenção terapêutica mais aprofundada). Pensamos ainda na medicação que, apesar de imprescindível em muitas situações, noutras tantas poderia ser substituída por outro tipo de abordagem.

Mas se pensarmos numa lógica preventiva, então temos de alargar o olhar e colocar no horizonte uma estratégia de promoção da saúde mental desde o Ensino Básico, que capacite as crianças e os jovens – futuros alunos do Ensino Superior – com um conjunto de ferramentas que lhes permitam prevenir o *stress* e lidar mais eficazmente com os desafios in-

rentes ao percurso escolar.

Colocar o foco na prevenção equivale ainda a ajudar, desde cedo, os alunos a estabelecerem objetivos realistas e a desenvolverem métodos de estudo ajustados, definindo as prioridades e promovendo o seu autocuidado – com uma boa higiene do sono, hábitos alimentares saudáveis, a prática de exercício físico regular e um tempo para relaxar e conviver.

Por fim, colocar o foco na prevenção é ainda repensar o modelo de ensino, aceitando que os alunos de hoje são muito diferentes dos alunos “do nosso tempo”, aqueles que muitos de nós fomos. Hoje os alunos desejam, e bem, um envolvimento mais ativo e participativo na vida académica e dispõem de aulas expositivas, em que o professor mal os olha nos olhos. Querem apreender os conteúdos, claro, mas também debater, discutir, refletir, questionar, explorar. Desejam-se ainda instituições que saibam acolher e integrar os seus alunos, especialmente os que estão deslocados e que trazem consigo toda uma bagagem que nem sempre é favorável.

Temos muitos alunos à beira de um ataque de nervos e é preciso, sobretudo, prevenir.

Psicóloga clínica e forense, terapeuta familiar e de casal



Sítios fora do lugar Diogo Noivo

Pedro Sánchez e as razões de Estado

Sitiado por uma torrente irrefreável de corrupção, nepotismo e tráfico de influências no PSOE, no Executivo e na própria família, o presidente de governo espanhol Pedro Sánchez optou por se arrastar no poder.

As legislaturas são para cumprir, afirma, muito embora tenha já antecipado eleições duas vezes, em 2019 e 2023. Não se veja aqui qualquer incoerência. Em Sánchez, as convicções evanescentes são o maior indicador de constância.

Será nos momentos de agonia que mostramos a nossa essência e o chefe do executivo espanhol mostrou a sua: reconhecendo a gravidade do que se sabe – e, porventura, do que ainda falta saber –, recusou marcar eleições para impedir que a direita radical chegue ao poder. Por outras palavras, votar é perigoso e compete aos líderes iluminados proteger os eleitores de si próprios. Enfim, são razões de Estado.

Os casos conhecidos são mortíferos para o executivo. Não apenas pela gravidade e abrangência que têm, sem precedentes em Espanha, o que é dizer muito, mas por eliminarem por completo a razão de ser do governo. Recordemos que Sánchez chegou ao poder em 2018 graças a uma moção de censura – a primeira aprovada na história da democracia espanhola – assente na crítica impiedosa à corrupção que alastrava, à época, no governo do Partido Popular, de Mariano Rajoy.

José Luis Ábalos, deputado do PSOE, subiu à tribuna do Parlamento para vergastar a direita: “A decência deve ser algo essencial.” O PP afunda-

ra “a dignidade a limites insuspeitos”. Perante a indecência, o PSOE seria o bastião da “ética pública e da exemplaridade” de conduta. Aliás, Ábalos enalteceu o “código ético” dos socialistas, em contraste absoluto com o PP, que “nem sequer teve a decência política de se demitir.” Isto é, a moção de censura apresentava-se por razões de Estado.

Ábalos chegou a ministro e seria durante muito tempo o braço-direito de Sánchez no partido. Avançando até 2025, ficamos a saber que está no epicentro da “organização criminosa” – palavras da Guardia Civil – criada no seio do PSOE. Alegadamente, incorreu em vários crimes de corrupção e peculato, com múltiplas ramificações que envolvem outras personagens do partido e do governo. Recorreu, por sistema, a serviços de prostituição, tendo até arranjado emprego a algumas destas senhoras em empresas públicas – uma teve mesmo a possibilidade de residir num apartamento

caríssimo em Madrid, pago por empresas envolvidas nos esquemas de corrupção. Ábalos estabeleceu também relações políticas e comerciais ilícitas com o regime venezuelano. Tudo isto com o apoio de um conjunto picaresco de indivíduos, entre os quais um fiel assessor que, antes de o ser, era porteiro num prostíbulo.

Indo ao que interessa, a permanente invocação dos superiores interesses nacionais é um pilar da governação de Sánchez, sobretudo para voltar com a palavra atrás em matéria de princípios. Tudo o que jurou nunca fazer, sob pena de comprometer Espanha, a democracia e o Estado de Direito, fez: indultos e amnistias a separatistas catalães; acordos de governo com a esquerda radical populista; acordos parlamentares com a extrema-esquerda basca; colocar as condições de governabilidade do país nas mãos de separatistas. Lesou a Constituição, atropelou a separação de poderes, minou o consenso social e político que funda a democracia e deitou fora o património histórico do PSOE porque as razões de Estado a isso obrigaram.

Nicolau Maquiavel designou como ‘razão de Estado’ o uso de meios excepcionais para preservar o Estado em situações de necessidade. Mas, como bem lembrou o espanhol Baltasar Gracián y Morales, sacerdote jesuíta e filósofo do século XVII, as razões de Estado escondem com frequência razões de estábulo.

Político.
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

“**Tudo o que jurou nunca fazer, sob pena de comprometer Espanha, a democracia e o Estado de Direito, [Pedro Sánchez] fez.**”



Trump assistiu ao ataque na *Situation Room* da Casa Branca. Mais tarde falou aos americanos e anunciou destruição das instalações nucleares iranianas.

EPA / WHITE HOUSE

MÉDIO ORIENTE

EUA reclamam “êxito” da ‘Operação Martelo da Meia-Noite’. Bola está com o Irão que terá de decidir retaliação

TENSÃO Ataque americano teve como alvo instalações nucleares de Natanz, Isfahan e Fordo. Teerão prometeu responder – resta saber se já, mais tarde ou se aceita oferta de Trump para voltar à mesa das negociações. Conselheiro do guia supremo Ali Khamenei confirma que bases dos EUA na região estarão na mira do regime, que ameaça fechar o Estreito de Ormuz.

TEXTO HELENA TECEDIRO

Depois de o presidente Donald Trump ter garantido que o ataque americano contra o Irão, na madrugada de ontem, “destruiu total e completamente” as instalações nucleares de Natanz, Isfahan e Fordo, foi a vez de o secretário da Defesa dos EUA, Pete Hegseth, vir reivindicar um “êxito esmagador” de uma operação que “obliterou” as ambições nucleares do regime iraniano. Mas quão eficazes foram mesmo os mísseis e bombas usados pelos bombardeiros americanos e chegarão para aniquilar a capacidade da República Islâmica de se tornar a 10.^a potência nuclear do mundo? Um desejo que Teerão nega, garantindo que o seu programa nuclear tem fins estritamente civis.

Numa conferência de imprensa no Pentágono, onde deu pormenores sobre a *Operação Martelo da Meia-Noite*, o general Dan Quaine garantiu que “a avaliação final dos danos causados pela batalha levará algum tempo, mas as avaliações iniciais indicam que os três locais sofreram danos e destruição extremamente graves”. Um mapa fornecido pelo Pentágono com a rota de voo dos bombardeiros furtivos B-2 indica que a sua aproximação ao Irão os levou a sobrevoar o Mediterrâneo, tendo reabastecido em voo. Nos últimos dias foram vistos uma dúzia de aviões de reabastecimento americanos na Base das Lajes, nos Açores.

Os bombardeiros americanos descolaram do continente americano na noite de sexta para sábado, com um grupo a seguir para o Pacífico, numa manobra de diversão, e outro a sobrevoar o Atlântico, dirigindo-se para o Irão. Na zona encontrava-se já o porta-aviões *USS Nimitz* que terá lançado mísseis *Tomahawk* contra infraestruturas-chave iranianas, enquanto os B-2, carregados com bombas GBU-57, conhecidas como “fura-bunkers”, iam entrando em espaço aéreo iraniano. A operação envolveu 125 aviões, entre eles sete bombardeiros furtivos, dezenas de mísseis *Tomahawk* e 14 bombas GBU-57, aqui usadas pela primeira vez.

Na central de Natanz, o maior local de enriquecimento de urânio no Irão, a infraestrutura elétrica essencial, como a subestação, o edifício principal de energia, o abastecimento de emergência e os geradores de reserva terão sido destruídos, segundo a

Al-Jazeera. O canal de notícias sediado no Qatar garante que não houve impacto direto na sala subterrânea, mas a perda de energia pode ter danificado as centrifugadoras utilizadas para o enriquecimento de urânio.

Natanz já tinha sido alvo dos ataques israelitas, com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a ter confirmado que o edifício na superfície onde o urânio estava a ser enriquecido a 60% (pouco abaixo do limite para construir a bomba) já fora destruído. Mas imagens de satélite exibidas pelo britânico *The Guardian* mostram novos danos.

O mesmo jornal revela que o centro de tecnologia nuclear de Isfahan foi atingido por mísseis de cruzeiro *Tomahawk* disparados de um submarino. Um vídeo publicado nas redes sociais mostrou uma detonação no local na madrugada de domingo.

De acordo com a AIEA, além dos quatro já atingidos em ataques israelitas, outros seis edifícios foram agora atacados, incluindo uma instalação de produção de barras de combustível. A AIEA disse ainda que as instalações visadas em Isfahan não continham material nuclear ou abrigavam apenas pequenas quantidades de urânio natural ou pouco enriquecido.

O alvo mais difícil entre as instalações nucleares do Irão era, contudo, a central de enriquecimento de urânio de Fordo. Situada 100 km a sudoeste de Teerão, foi construída de forma secreta debaixo de uma montanha – sob uma camada de rocha e betão a 80 ou 90 metros de profundidade –, perto da cidade sagrada de Qom, e está protegida por baterias antiaéreas. Foi ali que os B-2 americanos lançaram as GBU-57. E segundo a Sanad, agência de *factchecking* da Al Jazeera, três locais apresentaram danos: duas crateras resultantes de bombas *antibunker* e uma instalação de defesa aérea, concebida para proteger o reator nuclear, danificada.

Esta informação parece coincidir com a dada por dois responsáveis israelitas citados pelo jornal americano *The New York Times*. Segundo eles, o Exército israelita estima que esta instalação nuclear iraniana tenha sido seriamente danificada, mas não completamente destruída pelos bombardeamentos americanos. Ainda de acordo com o mesmo jornal, um alto-funcionário



O ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, Abbas Araghchi, considerou os ataques dos EUA “ultrajantes”.

americano, que também pediu anonimato, reconheceu que a instalação não foi destruída, mas “gravemente danificada”.

À CNN, o diretor da AIEA, Rafael Grossi confirmou haver “sinais claros de impactos” nas instalações nucleares iranianas, mas no que diz respeito à avaliação da extensão dos danos subterrâneos, “não podemos pronunciar-nos. Podem ser importantes, ou mesmo consideráveis, mas nem nós, nem ninguém está em condições de dizer qual a sua extensão”, prosseguiu, esperando que os inspetores da AIEA “possam regressar ao local o mais rapidamente possível”.

A agência garantiu que os níveis de radiação junto aos três locais atingidos se mantiveram estáveis, enquanto as autoridades iranianas confirmaram não ter havido mortos, confirmando a ideia de que a maioria do pessoal já fora retirado das centrais.

Ali Shamkhani, um dos conselheiros do guia supremo, o *ayatollah* Ali Khamenei, garantiu no X que, apesar dos ataques, o Irão mantém as reservas de urânio enriquecido. “Mesmo que as instalações nucleares sejam destruídas, o jogo não acabou, os materiais enriquecidos, o saber-fazer local e a vontade política permanecem”, escreveu.

Teerão promete retaliar

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, Abbas Araghchi, considerou os ataques dos EUA “ultrajantes” e afirmou que Teerão

está a reservar “todas as opções para defender a sua soberania”.

Com a bola no seu campo, o regime dos *ayatollahs* terá de decidir se responde rapidamente, por exemplo atacando as bases ou interesses americanos na região. Após dez dias de ataques cruzados com Israel, os analistas estimam que Teerão ainda tem a capacidade militar para o fazer, contando, para isso, com metade do seu *stock* de 3000 mísseis. Esta ideia foi ontem veiculada por Ali Akbar Velayati, outro conselheiro de Khamenei, que garantiu: “Já não há lugar para os EUA ou para as suas bases nesta região e no mundo islâmico.”

Um dos alvos mais próximos é a sede da 5.ª Frota da Marinha dos EUA em Mina Salman, no Bahrein. Mas o Irão pode hesitar em atacar um Estado árabe vizinho. Poderá antes usar os seus *proxies*, grupos xiitas que apoia e lhe são fiéis, no Iraque e na Síria para atacar qualquer uma das bases americanas relativamente isoladas em At-Tanf, Ain Al-Asad ou Erbil. Quando em 2020 Trump ordenou o assassinio do líder dos Guardas da Revolução, Qassim Suleimani, o Irão retaliou contra militares americanos no Iraque, mas evitou qualquer morte, avisando com antecedência.

O Irão pode ainda optar por atacar navios de guerra americanos ou pedir aos seus aliados no Iémen, os houthis, que retomem os ataques contra os navios ocidentais que passam entre o Oceano Índico e o Mar Vermelho.

O regime iraniano e o seu guia supremo pode ainda optar por só retaliar mais tarde, aproveitando que os EUA já não estejam em alerta máximo. Nesse caso poderia escolher como alvo missões diplomáticas, consulares ou comerciais dos EUA, ou optar pelo assassinato de indivíduos. O risco aqui é que isso provocaria, sem dúvidas, novos ataques dos EUA.

Finalmente, o Irão pode decidir não responder, aceitando antes a proposta do presidente Trump para voltar às negociações. Mas isso implicaria aceitar abandonar o seu programa nuclear – uma imagem de fraqueza que poucos acreditam que Teerão esteja disposta a dar.

Entretanto, o Departamento de Segurança Interna emitiu um boletim a alertar para um “ambiente de ameaça elevada” nos EUA e para a possibilidade de “ataques cibernéticos de baixo nível”, bem como eventuais ataques de lobos solitários após os ataques dos EUA contra o Irão.

A carta do Estreito de Ormuz

Sob um coro de apelos à contenção vindos da comunidade internacional, o Parlamento iraniano terá aprovado o encerramento do Estreito de Ormuz. Mas a decisão final cabe a Khamenei. O canal entre o Irão e Omã é o ponto de passagem para um quarto do comércio mundial de petróleo por via marítima – e cerca de um quinto de todo o transporte de petróleo. O seu encerramento faria, sem dúvida, disparar os preços.

“Ou haverá paz ou haverá tragédia para o Irão, muito maior do que aquela a que assistimos nos últimos oito dias. Lembrem-se, ainda há muitos alvos.”

Donald Trump
Presidente dos EUA

“De acordo com a Carta das Nações Unidas e as suas disposições, que permitem uma resposta legítima em autodefesa, o Irão reserva-se todas as opções para defender a sua soberania, os seus interesses e o seu povo.”

Abbas Araghchi
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão

“A sua [de Trump] decisão corajosa de atacar as instalações nucleares do Irão com o poder impressionante e justo dos Estados Unidos vai mudar a História.”

Benjamin Netanyahu
Primeiro-ministro de Israel

“Nesta hora perigosa, é fundamental evitar uma espiral de caos. Há um risco crescente de que este conflito se descontrola rapidamente, com consequências catastróficas para os civis, a região e o mundo.”

António Guterres
Secretário-geral da ONU

14 bombas fura 'bunker', sete bombardeiros furtivos e dezenas de mísseis no ataque dos EUA

MEIOS MILITARES Operação *Martelo da Meia-Noite* teve como alvos as instalações nucleares de Natanz, Isfahan e Fordo. Bomba GBU-57 foi usada pela primeira vez.

TEXTO HELENA TECEDIRO

125 aviões militares, entre eles sete bombardeiros B-2, e duas dezenas de mísseis *Tomahawk* foram a escolha dos EUA para atacarem as instalações nucleares iranianas – a chamada *Operação Martelo da Meia-Noite*. Mas a “estrela” do ataque terá mesmo sido a GBU-57, a bomba fura-*bunkers* que terá sido usada contra as instalações subterrâneas de Fordo. Neste ataque cirúrgico, que visou também as centrais nucleares de Natanz e Isfahan os EUA recorreram a 14 bombas GBU-57, lançadas pelos B-2, confirmou ontem o general Dan Caine, numa conferência de imprensa no Pentágono. Esta foi a primeira utilização operacional destas bombas.

Durante a madrugada, o presidente norte-americano, Donald Trump, garantiu, num breve discurso à nação, que as principais instalações nucleares do Irão foram “completa e totalmente destruídas” nestes ataques.

Segundo a FOX News, que citava fontes militares, nos ataques contra Natanz e Isfahan os mísseis *Tomahawk* terão sido lançados a uma distância de 640 quilômetros. Natanz, a operar desde 2003, tem seis edifícios acima do solo e três estruturas subterrâneas, duas das quais podem acomodar 50.000 centrifugadoras, segundo a organização sem fins lucrativos Nuclear Threat Initiative (NTI). Já Isfahan alberga o maior complexo de pesquisa nuclear do Irão. A instalação foi construída com o apoio da China e inaugurada em 1984, também de acordo com a NTI, segundo a qual 3000



Cartaz em Teerão onde se lê “resposta dura” aos ataques de que o Irão tem sido alvo.

cientistas trabalham em Isfahan, e o local é “suspeito de ser o centro” do programa nuclear do Irão.

O principal alvo era, contudo, a central de enriquecimento de urânio de Fordo. Situada 100 quilômetros a sudoeste de Teerão, Fordo foi construída de forma secreta debaixo de uma montanha – sob uma camada de rocha e betão com 80 a 90 metros de profundidade –, perto da cidade sagrada de Qom, e está protegida por baterias antiaéreas.

Segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a sua construção começou pelo menos em 2007, mas só em 2009, e depois de várias agências de informação de países Ocidentais terem tido conhecimento da sua existência, é

que o Irão notificou a agência da ONU sobre a sua construção. Em março de 2023, a AIEA informou que tinha descoberto urânio enriquecido a 83,7% em Fordo, enquanto os reatores de investigação requerem um enriquecimento de apenas 20% e uma arma nuclear requer um enriquecimento de 90%. Em agosto do ano passado, o Irão aumentou o número de centrifugadoras em Fordo e instalou pelo menos 10 cascatas de centrifugadoras IR-6 avançadas, permitindo um maior enriquecimento de urânio.

Depois dos ataques deste domingo, fontes citadas pela FOX News garantem que Fordo foi “completamente destruída”. E o próprio Trump escreveu nas redes sociais: “Fordo já foi.” Mas não há ainda confirmação.

Parte do grupo de bombardeiros B2 dirigiu-se para o Pacífico para desviar as atenções, enquanto o grupo principal, composto por sete B-2 *Spirit* seguia para a zona a atacar. Os aviões “fizeram vários reabastecimentos em voo” durante as suas 18 horas de viagem.

Antes de o grupo de ataque entrar no Irão, um submarino – que Quaine não identificou, mas que deverá ter sido o *Nimitz* – lançou mais de duas dezenas de mísseis *Tomahawk* contra infraestruturas-chave iranianas para criar uma diversão sempre que um dos aviões penetrava no espaço aéreo iraniano. Segundo o militar, todos os aviões americanos deixaram o espaço aéreo iraniano sem terem sido alvejados uma única vez.

Forças em movimento

Na última semana, desde o ataque israelita contra as instalações nucleares iranianas na madrugada de sexta-feira dia 13, os EUA tinham vindo a deslocar o seu poderio militar para o Médio Oriente. A começar pelo porta-aviões *USS Nimitz*, mas também caças F-16, F-22 e F-35, além dos bombardeiros B-2 usados na operação deste domingo. Estes últimos descolaram na noite de sexta para sábado do continente americano, explicou o general Dan Quaine, acrescentando que parte do grupo se dirigiu para o Pacífico para desviar as atenções, enquanto o grupo principal, composto por sete B-2 *Spirit* se dirigia para a zona a atacar. Os aviões, explicou, “fizeram vários reabastecimentos em voo” durante as suas 18 horas de viagem.

Antes de o grupo de ataque entrar no Irão, um submarino – que Quaine não identificou, mas que deverá ter sido o *Nimitz* – lançou mais de duas dezenas de mísseis *Tomahawk* contra infraestruturas-chave iranianas para criar uma diversão sempre que um dos aviões penetrava no espaço aéreo iraniano. Segundo o militar, todos os aviões americanos deixaram o espaço aéreo iraniano sem terem sido alvejados uma única vez.

A “famosa” GBU-57

A GBU-57 é uma bomba guiada de precisão, com 13.600kg, dos quais 2.700kg são a ogiva, e que pode perfurar 200 metros abaixo da superfície antes de explodir, de acordo com a Força Aérea dos EUA. Em termos de transporte, vários tipos de bombardeiros americanos têm capacidade para o fazer, mas apenas o B-2 tem autorização para tal, sendo capaz de transportar duas GBU-57, como aconteceu no ataque ao Irão.

Quanto aos *Tomahawk*, são mísseis de cruzeiro com um alcance que chega a 2500 km nos últimos modelos. Os *Tomahawk* podem atingir os 880km/h e transportar ogivas de explosivos convencionais até 450 quilos.

Com a sua tecnologia furtiva, os bombardeiros B-2 são praticamente indetetáveis por radares convencionais. Têm um autonomia de 11 mil km sem precisarem de reabastecimento e podem transportar cargas de até 23 toneladas de armamento. Contam com uma tripulação de dois pilotos e têm capacidade para 44 horas de voo contínuo.

Montenegro e Marcelo apelam a negociações

O primeiro-ministro, no X, assumiu ontem estar “preocupado com a “escalada [da guerra] no Médio Oriente” e condenou o “programa nuclear do Irão”, classificando-o como uma “ameaça à segurança mundial”. Luís Montenegro apelou “à máxima contenção” e a negociações para uma “solução diplomática”. Também o Presidente da República, numa nota no site da Presidência, apelou “à contenção e à urgência de retomar a via diplomática para a resolução do conflito.

As palavras do chefe do Governo encontraram eco parcial em André Ventura, que, também no X, defendeu que deveria ser “consensual em Portugal e na Europa que o Irão jamais deve ter armas nucleares”.

A esquerda questionou a utilização da Base das Lajes, nos Açores, por parte dos Estados Unidos. Alertando que os ataques americanos ao Irão aumentam os “riscos de um escalar do conflito para proporções regionais e globais”, a bancada do Livre questionou Montenegro sobre como vai garantir que a utilização da Base das Lajes não viola o Direito Internacional e se vai opor-se ao aumento de despesas militares para 5% do PIB, como propõe Donald Trump.

Com uma condenação à “agressão dos EUA ao Irão”, o PCP, num comunicado, fala em violação do Direito Internacional e apela aos “defensores da paz para que não caem o seu protesto”. Antes, o líder do PCP, Paulo Raimundo, sobre a Base das Lajes, disse esperar “que não se repita a triste figura que aconteceu aquando do Iraque”.

Mariana Mortágua criticou “o plano de Trump e Netanyahu para dominarem o Médio Oriente”, acusando-o de ser “ilegal” e de ter “consequências terríveis no mundo”. “Portugal deve condená-lo e impedir a utilização das bases norte-americanas em solo nacional”, defendeu.

Armando Mendes “Há anos que os B2 treinam, com regularidade, reabastecimento no Atlântico com recurso a aeronaves estacionadas nas Lajes”

BASE Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais, o jornalista da RTP-Açores Armando Mendes explica a importância estratégica da base na ilha Terceira. É autor, entre outras obras, de *Os Açores e a Projecção de Força nos Cenários Pós-Guerra Fria* e *Entre o Carro de Bois e o Avião – Uma pequena comunidade no centro de uma rivalidade global*.

TEXTO LEONÍDIO PAULO FERREIRA

A passagem de vários aviões de guerra americanos pela Base das Lajes nos últimos dias é provável que esteja relacionada com o conflito no Médio Oriente?

A rota que se presume real – depois de manobras de diversão que apontariam para projeção num primeiro segmento para a Base de Guam (Pacífico) – dos aviões B2 Spirit que bombardearam o Irão sugere o reabastecimento numa parte da rota com recurso aos reabastecedores estacionados na Base das Lajes (12 em terra e seis no ar em manobras permanentes, com revezamento). Aliás, há vários anos que os B2 treinam, com alguma regularidade de reabastecimento no espaço do Atlântico, com recurso a aeronaves estacionadas nas Lajes e reabastecimento rápido em terra, na base terceirense, com motores ligados. Desta vez, o reabastecimento terá sido em voo. A confirmar-se esta operação de reabastecimento, como tudo indica, o envolvimento da Base das Lajes no ataque ao Irão é óbvio. Antes do bombardeamento, os reabastecedores vinham a operar com regularidade, o que sugere o envolvimento numa provável ponte aérea para pré-posicionamento de forças. O regresso a casa (EUA) das forças projetadas deverá ser outro momento importante de utilização da Base das Lajes para reabastecimento, como é habitual em circunstâncias idênticas (Iraque, Afeganistão...) ou em momentos de rotação de for-

ças. Nesses casos, sem urgência, a operação deverá ser mista, com reabastecimentos em voo e outros no solo – até porque estes momentos são geralmente utilizados para treinos diversos e para testar a prontidão e o desempenho da Base das Lajes.

Confirma-se a importância estratégica dos Açores para os Estados Unidos, mesmo que em Washington se fale muito de que é o Pacífico e não o Atlântico a prioridade?

O controlo do Atlântico não ocorre sem o domínio do chamado espaço geoestratégico dos Açores. Trata-se de uma realidade histórica (Portugal, depois Espanha, mais tarde Inglaterra...), do presente (EUA) e do futuro perscrutável (?). Há uma competição estratégica em curso no Atlântico que envolve EUA, Rússia e China e que só tenderá a agravar-se, conforme está bem descrito em estudos, por exemplo, norte-americanos. O controlo da zona é considerado vital, não só tendo presentes infraestruturas críticas (cabos submarinos, por exemplo), mas também o empenho já bem real da Rússia com a arma submarina (que frequenta a zona com assiduidade) e a tendência da China para projetar a sua presença para determinadas zonas da bacia do Atlântico e com contactos em curso, também, nos Açores, como é público. Com o Atlântico a crescer como zona de comércio pelo mar, todo este enredo é cada vez mais complexo. É

por isso que os EUA empenham os seus aviões P8 nas Lajes à procura de submarinos e Portugal parece interessado em juntar os seus P3, além de ser quase certa a instalação de meios navais portugueses e norte-americanos no Porto da Praia da Vitória (contíguo às Lajes), incluindo submarinos. Ou seja, a narrativa do fim do Atlântico, sendo substituído pelo Pacífico, é irreal. A não ser que os EUA, num golpe de “genialidade” que escapa à nossa compreensão,



“A narrativa do fim do Atlântico, sendo substituído pelo Pacífico, é irreal. A não ser que os EUA (...) queiram abandonar a zona, deixando o espaço aberto para ser ocupado sabe Deus por quem!”

Armando Mendes
Jornalista

queiram abandonar a zona, deixando o espaço aberto para ser ocupado sabe Deus por quem!

Já houve outros momentos em que as Lajes tiveram grande importância para a estratégia americana no Médio Oriente. A Guerra do Yom Kippur, em 1973, é o exemplo máximo?

A Guerra do Yom Kippur, embora datada num tempo tecnológico determinado da aviação – mesmo assim, a ocupação máxima de uma aeronave de transporte estratégico continua a condicionar muito a distância a percorrer sem reabastecimento –, exemplifica duas coisas. Por um lado, a utilidade das Lajes para projetar poder sobre o Atlântico com aproveitamento das capacidades máximas de transporte, o que é de enorme importância em caso de urgência, como ocorria nessa operação, que visou salvar Israel face a uma ameaça existencial muito complexa; por outro lado, exemplifica a fragilidade política em que se encontra um Estado que hospeda bases de uma potência com a dimensão e os interesses dos EUA. Recorde-se que a Europa continental impediu a operação das aeronaves e Portugal “autorizou”, para salvar a face, quando os aviões já estavam em rota dos EUA para as Lajes. Embora da maior importância, essa foi apenas uma operação. O suporte da Base das Lajes a operações norte-americanas dificilmente caberia em todas as páginas desta edição do prestigiado DN.

P&R Lei de Estrangeiros e Lei da Nacionalidade. O que vai mudar?

POLÍTICA O tema das migrações continua na ordem do dia e não parece que deixe de estar tão cedo. O Governo deve dar a conhecer esta segunda-feira os pormenores das mudanças já anunciadas no programa e uma CPI do tema vem a caminho.

TEXTO **AMANDA LIMA**

Reagrupamento familiar, Lei de Estrangeiros, Lei da Nacionalidade, imigrantes, vistos. Entre alguma desinformação nas redes sociais, são palavras e termos que estão na comunicação social diariamente e na ordem do dia da sociedade portuguesa, especialmente na política. Não é de hoje: esteve no ano passado, na campanha eleitoral, na discussão do Programa do Governo e assim vai continuar. Na passada sexta-feira, André Ventura, líder do Chega, anunciou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atribuição de títulos de residência a imigrantes e nacionalidade, o que vai garantir dedicação parlamentar ao tema das migrações por algum tempo.

Além disso, a Assembleia da República também será o local de discussão de uma série de mudanças na Lei da Nacionalidade e Lei dos Estrangeiros, já anunciadas pelo Governo. Inclusive, está previsto que o Conselho de Ministros desta segunda-feira aprove os diplomas, para posterior envio ao Parlamento. Mas, o que vai mudar afinal? O DN preparou uma série de perguntas e respostas sobre o tema.

Lei da Nacionalidade – como é e o que propõe o Governo?

Em 45 anos, ao menos dez revisões da Lei da Nacionalidade foram realizadas, sem contar os decretos regulamentares. O Governo quer implementar a 13.^a versão da lei, mais restritiva ao direito de obtenção da nacionalidade portuguesa. A principal mudança que o primeiro-ministro Luís Montenegro quer introduzir é aumentar o tempo de residência do imigrante em Portugal para ter direito a este pedido.

O DN sabe que a proposta que está em cima da mesa para ser le-



António Leitão Amaro é o ministro responsável pelas políticas de imigração.

vada ao Conselho de Ministros é de dez anos. Atualmente, o prazo é de cinco anos.

O Governo também quer deixar claro na lei que o pedido só pode ser feito a partir do momento em que o imigrante está na posse do título de residência. Esta decisão surge porque uma das alterações recentes a esta lei prevê que o tempo de espera pelo documento – que pode variar entre um a três anos – passe a ser contabilizado para o tempo mínimo. Quando esta medida foi votada, em 2023, o PSD foi contra. Esta mudança aconteceu porque, com o alto volume de manifestações de interesse, obter o título de residência levava, e ainda leva, anos, período em que o imigrante está no país e a contribuir para a Segurança Social.

A terceira mudança é que serão introduzidas novas regras de obtenção, que assegurem que

O Governo quer implementar a 13.^a versão da lei, mais restritiva ao direito de obtenção da nacionalidade portuguesa. A principal mudança a ser introduzida passa por aumentar o tempo de residência do imigrante em Portugal para ter direito a este pedido.

“quem adquire a nacionalidade portuguesa tem uma relação inegável e uma integração de sucesso no país, reunindo as condições necessárias para assumir os direitos e cumprir os deveres inerentes à nacionalidade”.

Por fim, ainda está em aberto se o Governo vai aproveitar a proposta do Chega de retirar a nacionalidade a quem comete crimes graves – medida que divide constitucionalistas e que foi considerada inconstitucional pela Divisão de Apoio ao Plenário logo à entrada do projeto de lei no Parlamento.

Como ficará o reagrupamento familiar?

Somente o texto da lei vai clarificar como ficará a norma. Uma suspensão total não é permitida e o Governo já admitiu que não o fará. Mas, na prática, esta suspensão existe desde 2023, última

vez em que os imigrantes puderam – sem restrições sobre o local onde o cônjuge está ou de ter filhos – candidatar-se a uma vaga para este direito. O Governo quer limitar o reagrupamento “à capacidade dos serviços públicos e de integração da sociedade portuguesa”.

Quem poderá pedir vistos de procura de trabalho?

Os vistos de procura de trabalho, os mais utilizados neste momento para quem quer morar no país, serão permitidos apenas a pessoas com “elevadas qualificações”. O DN questionou o Governo sobre quais as profissões que se enquadram neste perfil, mas a resposta foi que essa informação ainda não estava disponível.

O acordo CPLP – o Governo voltará atrás?

Ainda não está confirmado pelo Governo que os imigrantes de países de língua portuguesa possam entrar no país sem visto e obterem a regularização. O semanário *Expresso* avançou, na semana passada, que o Governo quer extinguir totalmente esta possibilidade. Questionado pelo DN, o Ministério da Presidência não se pronunciou sobre o assunto e remeteu para explicações “em breve”.

Decreto-lei que torna os documentos válidos será prorrogado?

Neste momento, mais de 300 mil imigrantes estão com o título de residência caducados, porque o Governo não possui uma plataforma para a renovação. Este trabalho será realizado pela Estrutura de Missão, prorrogada até o fim de dezembro. No entanto, as renovações levarão tempo, o que vai obrigar o Governo e estender por pelo menos mais seis meses o decreto-lei que torna os documentos válidos. O DN sabe que o objetivo é prolongar por apenas mais seis meses e não por um ano, como ocorreu nesta altura em 2024.

Depois de colocado este serviço em dia, a Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA) será a única responsável por renovar títulos de residência. Para isto, está prevista outra mudança: que imigrantes que não falam português sejam sujeitos a um teste de português para terem o documento renovado.

amanda.lima@dn.pt

DN Brasil promove conferência esta semana

ANIVERSÁRIO Integração, relações comerciais e institucionais entre Brasil e Portugal são alguns dos temas do encontro de quarta-feira.

TEXTO **AMANDA LIMA**

O primeiro aniversário do DN Brasil, secção do jornal dedicado à comunidade brasileira em Portugal, será assinalado com uma conferência na próxima quarta-feira. O evento será na Embaixada do Brasil em Portugal, nas suas instalações na Estrada das Laranjeiras, em Lisboa. São esperadas autoridades brasileiras e portuguesas, leitores e convidados especiais no evento, que discutirá temas atuais relacionados com a imigração em Portugal e as relações entre Brasil e Portugal em vários âmbitos, bem como a relação institucional e comercial, além da integração da comunidade brasileira em Portugal.

Os painéis terão como oradores e oradoras pessoas de relevo na comunidade e que atuam com os brasileiros e brasileiras em Portugal das mais diversas formas. A programação foi pensada para ter diversidade e diferentes olhares sobre os temas, ainda mais em tempos de profundas mudanças políticas e sociais relacionadas com a imigração.

O início dos trabalhos desta conferência está previsto para as 9h30, com as boas-vindas a

cargo de Filipe Alves, diretor do DN e do DN Brasil, seguido da intervenção de abertura por parte de Marco Galinha, CEO do Grupo Bel e acionista de referência do Global Media Group (empresa proprietária do DN e do DN Brasil). Após estas intervenções iniciais, será keynote speaker o secretário de Estado das Migrações, Rui Armindo Freitas. Depois, terá lugar o primeiro painel de debate, sobre integração institucional entre os dois países, com Alessandro Candeas, cônsul-geral do Brasil em Lisboa, Ana Paula Costa, presidente da Casa do Brasil, e Vitalino Canas, presidente do FIBE, num conversa moderada pela jornalista Caroline Ribeiro.

Após o *coffee break*, estarão em debate os desafios da integração, com a advogada Filipa Santos Costa e Geraldo Oliveira (cofundador da Global Diáspora Leiria), numa conversa moderada por Amanda Lima, editora chefe do DN Brasil.

Por fim, teremos um painel denominado “Para lá da saudade: a relação entre Portugal e Brasil”, que contará oradores como Luciano Menezes, CEO do WTC, o diretor da Apex em Portugal, Paulo Mateus, o embaixador Francisco Seixas da Costa e Ediane Pereira, líder de Lisboa do Clube de Mulheres Empresárias em Portugal, com moderação por Leonídio Paulo Ferreira, diretor adjunto do DN.

O encerramento da conferência está previsto para as 12h45, por Raimundo Carreiro, embaixador do Brasil em Portugal. É possível participar no evento, mas as vagas são limitadas e as inscrições devem ser feitas *online*, no *link* do *site* do DN Brasil.

Esta será a segunda atividade comemorativa do 1.º aniversário do jornal, com uma festa já realizada aberta ao público na Fábrica Braço de Prata.

amanda.lima@dn.pt

O DN Brasil é uma seção do Diário de Notícias dedicada à comunidade brasileira que vive ou pretende viver em Portugal. Os textos são escritos em português do Brasil.



Vila Galé
collection
HOTELS

PATRIMÓNIO. EVENTOS. SPA.

VILA GALÉ COLLECTION ELVAS

RESERVE JÁ

PORTUGAL, BRASIL, CUBA E ESPANHA. 49 HOTÉIS
DESDE 1988, SEMPRE PERTO DE SI

PUBLICIDADE

Líder do PSD de Vila Pouca de Aguiar contesta candidata aprovada pela Direção Nacional

AUTÁRQUICAS José Diegas considera “inaceitável” a decisão da Direção Nacional do PSD de candidatar a atual presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, Ana Rita Dinis.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

O presidente da Comissão Política da Secção de Vila Pouca de Aguiar do PSD, José Diegas, classifica como “inaceitável” e um “profundo desrespeito para com a vontade democrática” dos militantes a escolha que a Direção Nacional do partido fez ao candidatar às autárquicas a atual presidente da câmara, Ana Rita Dinis, deixando-o de fora. O dirigente social-democrata queixa-se ainda de ter sido informado sobre esta decisão através de uma mensagem no WhatsApp.

“O meu nome foi aprovado por larga maioria”, no plenário da secção a que preside, lembra José Diegas numa carta aberta que dirigiu a Luís Montenegro e a Hugo Soares, respetivamente presidente e secretário-geral do PSD, acrescentando que foi proposto em janeiro “para homologação à Comissão Política Nacional”, “em pleno respeito democrático e sem reclamações ou controvérsias de qualquer espécie”.

“A Comissão Política Nacional, em vez de fazer o que lhe compete, homologar ou não homologar a proposta da Comissão Política Distrital, decidiu meter na gaveta este processo durante cinco meses”, sustenta o dirigente social-democrata, considerando “estranho, mesmo muito estranho”, ter recebido este anúncio via WhatsApp.

“Eles é que escolhem, eles é que



José Diegas
Pres. PSD Vila Pouca de Aguiar

sabem, e os estatutos nada valem”, diz o social-democrata, avisando Luís Montenegro e Hugo Soares: “Este partido não é exclusivamente vosso!”

“O PSD é de todas as pessoas que o compõem e dos cidadãos que a este aderem em cada concelho”, adverte José Diegas, completando a sua missiva com a ideia de que o partido “não é apenas daqueles que se sentam nas cadeiras do poder em Lisboa, fechados sobre si mesmos e movidos por interesses desconhecidos, estranhos e incompreensíveis, tentando impor decisões sem qualquer correspondência com as realidades locais e sem olhar à vontade dos principais interessados. Precisamente o contrário do que foi referido pelo presidente do PSD no último congresso em Braga.”

Com esta nota, José Diegas diz ter o “dever moral” de manifestar publicamente o que sente, perante todos aqueles que em si “confiaram e acreditaram” face ao projeto que tem para Vila Pouca de Aguiar.

Com tudo isto, o líder concelhio do PSD exige explicações para os militantes do partido naquela região. “As pessoas deste concelho não conseguem vislumbrar as motivações para a não homologação da minha candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. Na verdade todas as regras da democracia e da representatividade das escolhas das bases do partido foram desconsideradas”, acusa.

Depois de assinalar a desconsideração dos decisores, José Diegas garante ter dado o seu “melhor”.

“Agora, a vossa estranha decisão veio impedir a abertura de um novo ciclo com o PSD neste concelho, onde é necessário implementar uma nova estratégia de desenvolvimento”, sustenta o líder social-democrata, concluindo que se sente “forçado” a impugnar esta decisão ao “Conselho de Jurisdição Nacional”.

BREVES

‘Halal’. Não foram abatidos 250 milhões de animais

Portugal não abateu 250 milhões de animais pelo método muçulmano *halal* em 2023, como afirmaram os deputados do Chega Pedro dos Santos Frazão e Cristina Rodrigues.

Nesse ano, o número real foi de 7,06 milhões, segundo dados da Direção-Geral de Veterinária (DGAV). Apesar de as estatísticas públicas não discriminarem quantos animais são abatidos segundo os ritos religiosos *halal* (muçulmano) e *kosher* (judaico), a informação atualmente disponível na página da DGAV permite perceber que 255 milhões é o número total de animais abatidos ou preparados para consumo humano a nível nacional, em 2023. A DGVA explica que “o abate religioso corresponde apenas a uma fração muito reduzida da produção nacional, claramente muito aquém dos 250 milhões referidos publicamente”.

Numa semana, PSP fez 490 detenções

A PSP fez, entre 14 e 20 de junho, 490 detenções no território nacional, das quais oito por violência doméstica. Em comunicado às redações, é explicado que do total, 213 foram por crimes rodoviários, como 100 por condução em estado de embriaguez e 113 por falta de habilitação legal para conduzir. Foram detidos 28 suspeitos por crimes contra a propriedade (furtos, roubos e burlas) e 36 por tráfico de estupefacientes, tendo sido apreendidas 7999 doses individuais. No mesmo período registaram-se 260 ocorrências de violência doméstica, tendo sido detidos 8 suspeitos pela prática deste crime. Houve ainda 3474 autos de contraordenação em ações de fiscalização rodoviária.



Ideias em movimento José Mendes

A roleta de Ormuz

A recente ameaça do Irão de fechar o Estreito de Ormuz, na sequência do ataque norte-americano às suas instalações de enriquecimento de urânio, constitui um gesto de dramatização com consequências demasiado pesadas para que possa, com seriedade, ser levada à prática. A roleta voltou a girar no Médio Oriente, mas nem todos os jogadores têm margem para apostar.

O Estreito de Ormuz não é um canal qualquer. Corresponde ao acesso estratégico ao Golfo Pérsico e, com ele, ao coração da produção petrolífera mundial. Cerca de um quinto do petróleo transportado por mar atravessa, diariamente, aquele corredor estreito de 39 quilómetros, partilhado entre o Irão e Omã.

Um bloqueio à navegação internacional, além de constituir uma violação clara do Direito Internacional, teria um impacto económico imediato e devastador, sobretudo nos Estados árabes do Golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Koweit), cujas exportações dependem absolutamente daquela passagem.

Importa lembrar que o Irão, longe de sair ileso de tal bloqueio, também seria fortemente penalizado, pois grande parte do seu petróleo segue precisamente pelo mesmo estreito que agora ameaça encerrar. Para uma economia já debilitada por sanções e instabilidade interna, o gesto equivaleria a um tiro no próprio pé.

Além disso, a China, maior cliente do petróleo iraniano, dificilmente apoiaria uma medida que comprometeria

o seu próprio fornecimento energético. A ameaça de Teerão surge, por isso, como instrumento de pressão política, mais do que plano de ação concreta.

Há ainda uma dimensão geoestratégica que importa sublinhar. Omã, apesar de não dispor de poder militar suficiente para travar uma ação unilateral iraniana, poderia fornecer a base jurídica e diplomática necessária para uma coligação internacional reagir. Um bloqueio ilegal constituiria o pretexto perfeito para os Estados Unidos liderarem uma ofensiva armada, com respaldo da comunidade internacional. A retaliação, neste cenário, seria não só previsível, mas também esmagadora.

Com subtil prudência, o Parlamento iraniano aprovou a ameaça em termos não vinculativos, deixando a decisão final ao Conselho Supremo de Segurança Nacional. A mensagem é clara: o Irão quer manter o trunfo na mão, ainda sem o colocar sobre a mesa. Está a jogar um jogo de dissuasão, que tem tanto de perigoso como de calculado.

Resta saber até que ponto a racionalidade estratégica resistirá à tentação do confronto. Uma vez mais, o Estreito de Ormuz – que esteve, recorde-se, sob controlo português durante mais de um século, com fortalezas em Ormuz, Queixome e Comorão – volta ao centro da tensão internacional. O que se joga ali não é apenas o controlo de uma via marítima, mas o equilíbrio inteiro de uma região à beira do abismo.

Professor catedrático

O seu negócio é precioso?



Ainda bem.

Com as Soluções Smart de Cibersegurança pode proteger-se de ataques informáticos, cada vez mais frequentes e sofisticados. E com os seus computadores e telemóveis protegidos de hackers e vírus, por apenas €1,70/mês (sem IVA), o seu negócio pode tudo.

vodafone.pt/business



Together we can
vodafone
business

Artistas brasileiros nos festivais de verão: uma combinação “que tem tudo a ver”

CULTURA Do samba ao *trap*, passando pela MPB e pelo *rock*, artistas do Brasil dominam a temporada de calor em Portugal e são presença constante nos principais palcos do verão em importantes festivais. Tem música para todos os gostos, de artistas emergentes aos já consolidados.

TEXTO NUNO TIBIRIÇA

Não foi no Meo Kalorama, realizado em Lisboa no último fim de semana e que deu o pontapé inicial para os festivais de verão em Portugal, que os brasileiros começaram – literalmente – a dar *shows* nos palcos lusitanos, mas que de agora em diante o farão na temporada mais quente do ano, isso é uma certeza. “Os brasileiros – e os músicos da lusofonia como um todo – têm tudo a ver com o verão”, afirma ao DN Brasil o português Luís Montez, diretor do Festival Jardins do Marquês, um dos muitos eventos que têm, entre os principais destaques da programação, justamente artistas brasileiros.

Tradição incontornável da temporada de calor em Portugal, os festivais de verão são “uma cena” na terrinha desde os anos 1990. O conceito conquistou o coração dos portugueses e dos estrangeiros que visitam o país entre junho e setembro, a ponto de muitos tirarem férias no trabalho só para acompanhar os seus festivais favoritos.

Com uma dimensão territorial equivalente ao Estado do Espírito Santo, no Brasil, Portugal favorece deslocamentos rápidos por todo o país, de norte a sul, com festivais que se espalham por praias, vilas e cidades maiores. Em tempos de calor e barraca às costas, não é raro ver grupos de jovens pegando boleia – ou carona – atrás de música ao vivo, co-

mida e vida ao ar livre. E entre os nomes que marcam presença nestes palcos, os brasileiros são cada vez mais numerosos e diversos.

Do MPB ao funk

A produtora Música no Coração, de Luís Montez, está por trás de eventos com perfis muito distintos, como o Jardins do Marquês, que começa já no próximo sábado (28) e o Sumol Summer Fest (4 e 5 de julho). Ambos têm em comum a presença forte de músicos brasileiros – mas são também um bom retrato da variedade de estilos e públicos que esses artistas atingem.

A dualidade mostra como o Brasil musical dialoga com públicos variados – e como a curadoria dos festivais tem sabido explorar essas diferentes frentes. De Simone a Cabelinho, passando por Aline Paes, MC Luuky ou os Paralamas do Sucesso, há um pedaço do Brasil para cada tipo de ouvinte.

No Jardins do Marquês, que chega à sua 6.ª edição em 2025, o Brasil está representado em várias frentes, segundo o diretor do evento. “O jardim é lindo, cheio de gente, tem comida, bebida e divertimento, está calor... tudo que combina com música brasileira”, resume Montez, que descreve o ambiente como ideal para noites com sotaque tropical.

Com programação até o dia 9 de julho, o festival terá, no total,

cinco atrações brasileiras neste ano, com Simone, uma parceira antiga do evento, além de Rogê, Aline Paes e grupos clássicos como Detonautas e Paralamas do Sucesso, desejo antigo de Montez. “Os Paralamas andei an-



o festival brasileiro Coala, em Cascais, foi o start dos festivais de verão no país.

tes a tentar trazer por diversos anos, e conseguimos desta vez. Eles têm um repertório que os portugueses conhecem. Ainda por cima, os Delfins [banda portuguesa] chegaram a fazer uma versão muito popular, e eles são os autores”, conta, antecipando o que espera da banda de Herbert Vianna. “Vai ser um showzaço.”



Público presente no show da carioca Ana Frango Elétrico em Sines, 2024.

MÁRIO PIRES / FMM

REINALDO RODRIGUES

Já Simone se apresenta ao lado de Rogê e da cantora Aline Paes, que fará sua estreia diante do público português. “A Marisa Monte é que me recomendou a Aline. Ela vai apresentar-se ao público português pela primeira vez aqui, no Jardins do Marquês”, conta Montez, destacando o compromisso do festival com a renova-

ção e o clássico. “Todos os anos damos lugar a artistas muito reconhecidos, como é o caso dos Paralamas ou dos Detonautas, e também damos espaço a novos talentos. É um pouco do perfil do festival fazer essa mescla.”

Segundo o diretor, o Jardins do Marquês nasceu com essa vocação, voltado ao público portu-



guês mais adulto e a comunidade lusófona na região de Lisboa. “Eu faço vários festivais com público mais jovem, aqui o conceito é mais virado para um público adulto. Também com o aumento da presença lusófona em Lisboa, e em Oeiras também, sentimos que fazia sentido criar algo voltado à lusofonia. Aliás, a própria Câmara de Oeiras tem uma relação forte com esse universo”, sublinha.

No Sumol Summer Fest, marcado para o início de julho e que acontece na Costa da Caparica, os ritmos brasileiros seguem presentes, mas por outros caminhos. O *funk*, o *trap* e o *hip-hop* atravessaram o Atlântico e dominaram o gosto da juventude portuguesa – algo que o festival soube ouvir. Mariana Montez, responsável pela curadoria, explica que o som que vem do Brasil tem cada vez mais peso na programação. “O *funk*, o *trap*, o *hip-hop* brasileiro cresceu de tal forma entre os jovens portugueses que o peso destes estilos vindos do Brasil começa a representar um peso quase tão grande como o americano, que era o que nós es-

távamos mais habituados”, diz.

Em 2025, MC Luuky e Cabelinho são os nomes brasileiros em destaque. “O MC Luuky foi uma aposta muito cedo que nós fizemos. Malvadinho teve muita força aqui em Portugal, era um *funk* alegre de verão. Já o Cabelinho, que vai fechar a primeira noite, veio com a sua *label* e é o maior nome dela. Apostamos muito nele”, explica Mariana.



O DN Brasil é uma seção semanal e um site do Diário de Notícias dedicada à comunidade brasileira que vive ou pretende viver em Portugal. Os textos são escritos em português do Brasil.

Amado por uns, marginalizados por outros, inclusive brasileiros, ela explica que o *funk*, assim como a maioria dos gêneros musicais, é um estilo que tem abertura como outros tantos por parte dos festivais da Música no Coração. “Tem espaço para tudo”, afirma. “Tanto estamos a fazer o Cabelinho e o MC Luuky, como, no Jardins do Marquês, estamos a fazer Simone, os Paralamas do Sucesso. Todos os gêneros têm lugar”, pontua.

Mariana reforça ainda a importância de pensar na diversidade do público em Portugal, país que nas últimas décadas se notabilizou pela abertura de portas aos imigrantes. “A aceitação desses estilos é muito grande entre os jovens portugueses, mas também entre a diáspora brasileira e africana, que tem muita afinidade. E, com cada vez mais público brasileiro a viver aqui, sobretudo em Lisboa e Margem Sul, esse diálogo torna-se natural. Sendo ali na Costa, com praia e campismo, é um festival que é mesmo para todos”, explica.

Se há outro evento onde os brasileiros sempre estiveram, é o

“O funk, o trap, o hip-hop brasileiro cresceram de tal forma entre os jovens portugueses que o peso destes estilos vindos do Brasil começa a representar um peso quase tão grande como o americano”.

Festival Músicas do Mundo (FMM), que chega este ano à 25.ª edição em Porto Covo e Sines entre 18 e 26 de julho. Desde os anos 2000, a programação inclui nomes do Brasil com frequência e destaque. “Nestes 25 anos, houve mais de 45 *shows* com artistas do Brasil”, diz Carlos Seixas, diretor do festival, que recorda nomes como Tom Zé, Hermeto Pascoal, Cordel do Fogo Encantado, Chico César, Bixiga 70, Dona Onete, Emicida, Letrux e Céu.

“Eu tenho todos os artistas brasileiros que tocaram no FMM anotados”, sublinha o diretor, que há um quarto de século comanda a programação do festival, que nos últimos anos teve a presença de novos nomes da música brasileira, como Ana Frango Elétrico e Marina Sena. “Desde o início, o festival assumiu o compromisso de mostrar músicas que não estão nos centros de poder da indústria. E a música brasileira, com a sua inventividade, está entre as maiores do mundo”, entende Seixas.

Em 2025, o festival recebe três atrações brasileiras: Gabriele Leite, jovem violonista já premiada no Brasil, Luca Argel, músico brasileiro radicado em Portugal, e Bia Ferreira, que participou deste e de outros tantos festivais na terrinha, agora com formação em quarteto. Mas o grande destaque será o aguardado *show* da banda Nação Zumbi, celebrando os 30 anos do disco *Da Lama ao Caos*. “Há muito tempo que queríamos trazê-los. Aproveitamos esta turnê europeia. Vai ser um momento especial, é a mesma formação desde a criação da banda com o Chico Science”, antecipa Seixas.

Para ele, a ligação do FMM com o Brasil é estrutural. Focado em

trazer bandas de países periféricos, os organizadores veem no Brasil um dos pilares do festival: “Basicamente, os brasileiros fazem parte também da história do Festival de Músicas do Mundo. Afinal, sendo um festival de músicas do mundo, não podia ser o contrário. O Brasil, com tanta história, tanta cultura tinha de estar aqui.”

Festivais do Brasil em Portugal

Mesmo não tendo uma tradição forte em festivais como nos países europeus, o Brasil, além de artistas, também tem exportado alguns dos seus principais eventos para Portugal. Um dos exemplos é o Coala Festival, criado em 2014 em São Paulo com o objetivo de dar palco à nova música brasileira. Desde o ano passado, o festival já teve duas edições em Portugal, ambas no Hipódromo Manuel Possolo, em Cascais.

Neste ano, a edição portuguesa do Coala atraiu dezenas de milhares de pessoas com *shows* de Ney Matogrosso, Criolo e Liniker. Com foco na música brasileira e na lusofonia, o Coala tem ajudado a consolidar um intercâmbio cultural entre Brasil, Portugal e África.

Outro exemplo mais clássico é o Rockin Rio. A versão lisboeta do festival é realizada a cada dois anos na capital portuguesa e está confirmada para 2026. Mesmo fora da agenda de 2025, o evento continua sendo uma das maiores vitrines da música brasileira no exterior, com edições que já receberam Ivete Sangalo (nome incontornável do evento), Gilberto Gil, Iza e Anitta.

Já o MIMO Festival, da produtora Lú Araújo, nascido na Bahia, também conquistou espaço fixo na Europa. Com mais de 20 anos de história, o evento realiza sua 6.ª edição em Amarante, cidade do norte de Portugal. Em 2024, reuniu 70 mil pessoas com entrada gratuita e uma programação plural, com artistas de 13 países, com destaque aos vindos do Brasil. A edição de 2025 acontece na mesma época do FMM, entre os dias 19 e 21 de julho e inclui, entre os brasileiros confirmados, Juliana Linhares, Mocofaia, Natasha Falcão e o grupo carioca Casuarina. Mais uma mostra que, assim como noutras áreas da sociedade, os brasileiros em Portugal, também na cultura, estão em todos os lados.

nuno.tibirica@dn.pt

Guido Grillenmeier

“Não ter, pelo menos, um plano de resiliência, é o mesmo que jogar à roleta russa”

ENTREVISTA Especialista em cibersegurança, Guido Grillenmeier, um dos gurus mundiais na proteção de identidade digital, esteve em Portugal para explicar as novas ameaças e riscos que as empresas, tal como os cidadãos em geral, correm se não estiverem preparados para reagir aos cada vez mais sofisticados ataques cibernéticos, agora ainda mais reforçados com a Inteligência Artificial.

TEXTO VALENTINA MARCELINO

Num mundo digital, a nossa identidade *online* tornou-se a chave que nos dá acesso a tudo: contas bancárias, *e-mails*, redes sociais, sistemas de trabalho e até serviços públicos. Proteger estas chaves digitais é hoje um dos maiores desafios: desde o cidadão comum até aos responsáveis de empresas que têm de garantir a segurança dos seus colaboradores e clientes. Para nos ajudar a entender melhor estas questões, falámos com Guido Grillenmeier, especialista em segurança digital com mais de 20 anos de experiência, reconhecido pela Microsoft como especialista de referência na área de Gestão de Identidades Digitais. Atualmente diretor chefe de Tecnologia na Semperis, para a Europa, Médio Oriente e África, Guido ajuda organizações em todo o mundo a protegerem a sua infraestrutura de identidade — o “coração” que controla quem tem acesso a quê — garantindo que os criminosos não possam assumir a nossa identidade e causar estragos.

Pode explicar, em termos simples, o que é uma identidade digital e por que é tão importante protegê-la hoje em dia?

A identidade digital é quem somos no mundo digital — não só num computador físico, mas na internet. Podemos compará-la a um passaporte: algo que prova quem somos. Em vez de uma fotografia e data de nascimento,

usamos nomes de utilizador e palavras-passe. Infelizmente, as palavras-passe são muitas vezes fáceis de descobrir — por simples adivinhação ou porque há pessoas que, digamos, escolhem palavras-passe demasiado fáceis e previsíveis.

A nossa vida está rodeada por palavras-passe, códigos e tudo isso...

As pessoas provavelmente já nem conseguem fazer operações bancárias sem o telemóvel. Tornou-se um método tradicional. E se perderem o telemóvel, perdem também, digamos, a sua vida digital. Não serve só para provar quem somos — tenho os cartões de embarque no telemóvel. Já nem levo versão em papel quando viajo. Há imensas coisas que podíamos discutir sobre o que significa perder o telemóvel — e o que é preciso para recuperar o controlo. É por isso que a proteção é tão importante. Porque se alguém roubar a sua identidade digital, essa pessoa torna-se você — no mundo digital, na internet. E como é que protegemos essas credenciais? Usamos autenticação multifator — por exemplo, códigos enviados para o telemóvel — para dificultar o acesso por parte de atacantes. Mas há riscos menos óbvios, porque quando alguém entra no seu ambiente, mesmo que seja apenas no seu computador pessoal, há pequenos fragmentos de informação, chamados *cookies*. Se um invasor conseguir aceder ao seu computador, pode roubar esses

cookies e usá-los para se fazer passar por si.

Há pouco tempo soubemos de milhões de cookies roubados e vendidos na dark web — incluindo dados de utilizadores portugueses. Pode explicar como isso funciona e como é que os criminosos utilizam esses dados?

Os *cookies* funcionam como prova local de que já fez *login*. Se forem copiados por um atacante, ele pode reutilizá-los para aceder às mesmas plataformas sem precisar de credenciais — inclusive com autenticação multifator validada.

Quais são os principais métodos de ataque que os criminosos usam para roubar identidades digitais? Existem métodos novos?

“Muitas pequenas e médias empresas acham que estão abaixo do radar. Mas muitas vezes, são alvos mais fáceis justamente porque não investem o suficiente em segurança. E para um atacante, um acesso pequeno pode ser a porta para uma cadeia maior de ataques.”

Phishing continua a ser o método mais comum — *e-mails* e *sites* falsos que convencem o utilizador a clicar e instalar *malware*. Podem simplesmente copiar os dados — mesmo que sejam confidenciais. E não é só para pedir resgates. Muitas vezes o objetivo é espionagem: aceder a dados que depois podem ser vendidos à concorrência. Por vezes pedem um resgate dizendo: “Se não pagarem, divulgamos os dados *online*.” Mas também ganham dinheiro a vendê-los. Quer sejam *cookies*, quer sejam credenciais, às vezes só sabemos desses roubos porque foram postos à venda na *dark web*. É assim que se faz dinheiro nesse submundo. Outros grupos criminosos pagam por esses dados. Há cibercriminosos organizados em “departamentos”, com tarefas especializadas em acesso inicial, que se focam no roubo de identidades e em encontrar pontos de entrada em empresas — como uma porta de rede aberta ou uma máquina mal protegida. Esse acesso inicial é vendido na *dark web*.

A dark web é mesmo assim tão ativa?

É assustador entrar neste mundo, porque achamos que a internet é enorme — mas a *dark web* é ainda maior. Muito maior. E as pessoas não fazem ideia da dimensão daquilo que acontece neste submundo.

E o que recomenda quando são pedidos resgates?

Pagar nunca é uma boa ideia. Está a financiar criminosos, e não há

garantias de que cumprem a palavra. Mesmo que devolvam os dados, podem voltar a atacar. Além disso, há implicações legais. O certo é preparar-se — com *backups* independentes, sistemas isolados, e procedimentos que não dependam da mesma infraestrutura.

O que é que uma empresa pode fazer para estar protegida?

Tem de investir em ferramentas de deteção, criar planos de continuidade de negócio e recuperação de desastres, e sobretudo testar esses planos. Trabalhámos com uma empresa de telecomunicações fora da Europa cujo sistema de identidades estava totalmente controlado por atacantes. Conseguimos isolar o ambiente, recuperar o *Active Directory* (repositório de identidades) num sistema seguro e restaurar a operação. Noutra situação, uma empresa alemã perdeu tudo — *backups*, *data centers*, tudo foi encriptado. Só sobreviveu porque tinha *backups offline*.

E os utilizadores comuns, como podem saber se foram comprometidos?

Existe um *site* muito útil chamado



REINALDO RODRIGUES

“Have I Been Pwned?” — basta colocar o *e-mail* e verificar se esteve envolvido em algum roubo de dados. É gratuito e não requer *login*. Eu próprio uso esse *site* com regularidade para monitorizar os meus dados.

Muitos gestores, sobretudo em pequenas e médias empresas, tendem a encarar o investimento em cibersegurança como algo que não é prioritário. Como é que se explica, a um CEO que os ataques podem acontecer a qualquer empresa — e que, se não se protegerem, os custos podem ser ainda maiores?

Muitas PME acham que estão abaixo do radar. Mas muitas vezes, são alvos mais fáceis justamente porque não investem o suficiente em segurança. E para um atacante, um acesso pequeno fácil pode ser a porta para uma cadeia maior de ataques. Além disso, dados de pequenas empresas também valem dinheiro — para extorsão, espionagem industrial ou venda direta. Em 2025, estima-se que o custo global do cibercrime atinja 10 bilhões de dólares na economia global. É um número que ne-

nhum de nós consegue realmente imaginar. Se empilharmos notas de 100 dólares até chegar a um milhão, temos uma pilha com um metro de altura. Para chegar aos 10 bilhões, seriam 25 vezes a distância entre a Terra e a Estação Espacial Internacional. Imagine uma montanha. É incompreensível a quantidade de dinheiro — e isso mostra o poder que os cibercriminosos já têm.

A pergunta não é “se”, mas “quando”, se não tiver um plano de resposta, um contrato com uma equipa de *incident response*, ou *backups offline*. . . Portanto, não se preparar minimamente, não ter, pelo menos, um plano de resiliência, é o mesmo que jogar à roleta russa. Está-se a confiar apenas na sorte. E claro, cada um tem de fazer uma avaliação de risco para decidir quanto investir.

As empresas portuguesas estão sensibilizadas?

Não conheço em detalhe a realidade de muitas empresas portuguesas no que toca ao seu estado atual em cibersegurança. Mas conheço os clientes da Semperis aqui em Portugal — e temos mui-

tos. Os que já conversaram conosco e compreenderam o desafio à sua frente. Diria que, dentro da nossa base de clientes, Portugal não está mal posicionado. Mas também não quer dizer que esteja num bom estado. Na verdade, isso aplica-se a quase todos os países de que possamos falar. Ainda há muito trabalho a fazer. Porém, acho que a consciência de que a ameaça é real está a aumentar — e isso é bom. Porque, assim que se compreende o problema, começam a surgir forças internas dentro da empresa que ajudam a seguir o caminho certo para atenuá-lo. E, com sorte, também vem o orçamento necessário para concretizar as medidas certas.

A IA está a agravar este tipo de ataque?

Sim, a IA permite criar *phishing* perfeito, escrever *malware* adaptado a cada situação, gerar vídeos e áudios falsos. Já existem ferramentas que qualquer criminoso pode usar para atacar sem saber programar. Isso está a crescer rapidamente. Com ferramentas como a Video 3, da Google, já é possível criar vídeos falsos prati-

“É assustador entrar neste mundo, porque achamos que a internet é enorme — mas a dark web é ainda maior. Muito maior. E as pessoas não fazem ideia da dimensão daquilo que acontece neste submundo.”

camente indistinguíveis da realidade. Isso pode ser usado para disseminar desinformação — ou mesmo para enganar funcionários com mensagens aparentemente legítimas. A combinação de IA generativa e engenharia social é um desafio crescente. Mas a IA também ajuda na defesa — com deteção automática de comportamentos anómalos e alertas em tempo real. É um jogo do gato e do rato — só que agora jogado em velocidade ultra-

O que é que os humanos ainda conseguem fazer melhor nesta área do que a Inteligência Artificial nos dias de hoje? Pessoas como o Guido...

Podemos — e devemos — continuar a ensinar os nossos colaboradores a distinguir o que é legítimo e o que não é. Ensinar a diferenciar o bom do mau. Ensinar as pessoas a questionarem os *e-mails* que recebem, a verificar com os colegas, a não clicarem em tudo. Muitos ataques aproveitam o desejo das pessoas: um prémio, um aumento, uma boa notícia. A formação é essencial. E a capacidade humana de ligar sinais de alerta ainda é insubstituível.

E a empresa pode ajudar com isso?

Claro. A nível administrativo — e não apenas pessoal —, as empresas têm de investir em ferramentas. Porque não se consegue reagir tão rapidamente sem elas. É preciso monitorizar o ambiente, estar preparado para reverter ações que um intruso possa ter executado — especialmente no sistema de identidades. Mas também é preciso ter um plano. Não se pode viver na ignorância, achar que “isto nunca nos vai acontecer”. É preciso ter um plano de recuperação de desastres, um plano de continuidade do negócio — e, tão importante quanto isso: praticar esses

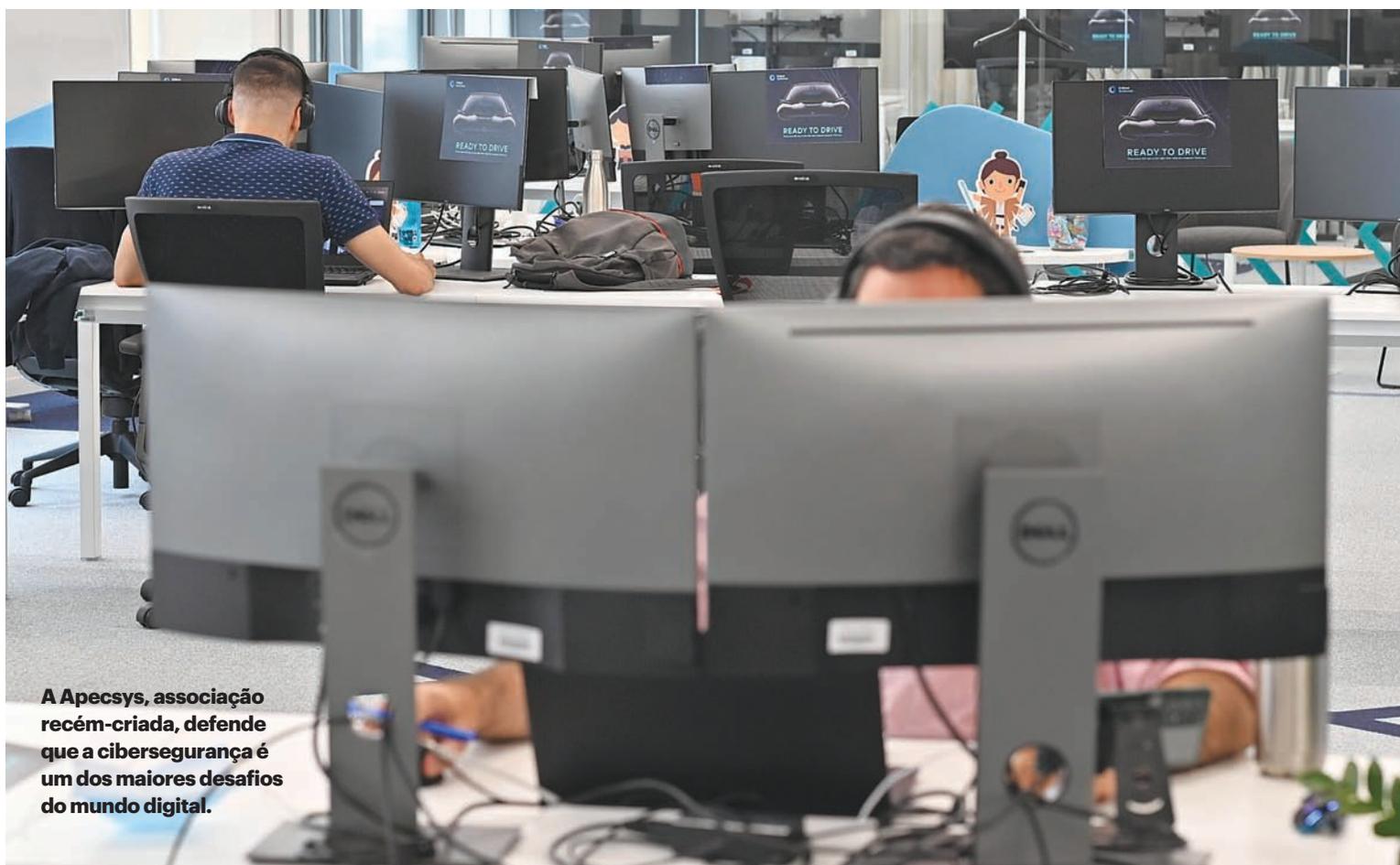
planos. Fazer exercícios. Nesses exercícios é que se descobrem falhas — e essas falhas ajudam a melhorar. Se não o fizer, torna-se uma vítima fácil.

Olhando para o futuro: espera ataques ainda mais sofisticados? Ou acredita que a tecnologia está a evoluir para nos ajudar a proteger melhor?

Acho que o cenário geopolítico atual em que vivemos não permite pensar que o comportamento malicioso na internet vá desaparecer em breve. Mesmo os ataques que estão a acontecer neste momento — e nem vou mencionar países, porque é algo que entristece —, muitos deles ocorrem em paralelo com conflitos físicos, e outras vezes acabam por atingir alvos inesperados. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o NotPetya e a Maersk. O ataque era dirigido à Ucrânia, mas acabou por afetar toda a rede global da Maersk — e muitas outras vítimas. O mesmo pode acontecer a qualquer momento, com outros ataques dirigidos a um alvo específico, e que se alastram para empresas completamente alheias — que acabam por ser danos colaterais, mas que podem ser destruídas se o ataque se propagar com eficácia. Portanto, a batalha vai continuar. E a IA certamente vai tornar os ataques mais sofisticados. Mas também vai reforçar as ferramentas de defesa — tornando-as mais rápidas e eficazes no combate aos atacantes. A IA vai ajudar-nos neste domínio, sem dúvida. Mas as empresas que têm mais a temer são aquelas que não se preparam, que ignoram o problema até serem atacadas. No fundo, os atacantes são pessoas. Não são só *bots* automatizados. Sim, há automatização — mas muito ainda é feito por pessoas reais, que às vezes estão apenas a tentar sustentar as suas famílias. É um negócio. E se tornar mais difícil a vida desses atacantes, eles simplesmente passam ao alvo seguinte, onde é mais fácil entrar e ganhar dinheiro. Portanto, façam a vossa parte. Isso já é um bom começo. Vamos dificultar-lhes o trabalho.

Tem uma última mensagem para as empresas?

Sim. Façam a vossa parte. Mesmo que não consigam investir milhões, há sempre algo que podem fazer — formar equipas, manter *backups offline*, planear com antecedência. Se dificultarem o trabalho dos atacantes, eles passam ao próximo. E, acima de tudo, preparem-se antes — não no meio do caos.



A Apecsys, associação recém-criada, defende que a cibersegurança é um dos maiores desafios do mundo digital.

DIREITOS RESERVADOS

Grupo liderado pela Sedes quer mais competitividade na lei de cibersegurança

TECNOLOGIA A recém-criada Associação para a Promoção do Ecosistema da Economia Digital Sustentável apresenta hoje um conjunto de propostas para melhorar o regime jurídico de cibersegurança. Entre outras recomendações, propõe medidas para o desenvolvimento económico do país.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

O regime jurídico da cibersegurança, que resulta da transposição da Diretiva Comunitária NIS2 para a legislação nacional, carece ainda de melhorias em várias matérias, nomeadamente no que se refere às medidas destinadas ao desenvolvimento económico e competitividade do país, defende um grupo de trabalho independente liderado pela Sedes — Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. Como o articulado ainda não foi transposto para a lei portuguesa devido

à queda do anterior Executivo, o grupo vai entregar hoje ao Governo um conjunto de propostas para melhorar a futura legislação.

Entre as principais recomendações, estão a alteração da designação do responsável de cibersegurança, o alargar as “medidas de segurança da informação” para “medidas de segurança da informação” e o reforço das matérias destinadas ao desenvolvimento económico e da competitividade do país, através da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, soube o Diário de Notícias.

As novas propostas “podem transformar Portugal num polo de atração de talento e investimento em cibersegurança”, defende João Annes, membro da Sedes.

Recorde-se que a proposta legislativa do regime jurídico de cibersegurança foi alvo de consulta pública em dezembro de 2024, na qual a Sedes participou, e esteve quase para ser aprovada pelo anterior Governo. Mas a queda do Executivo e as eleições legislativas que se seguiram ditaram o adiamento. Agora, que voltou à mesa de trabalhos, a Sedes “considerou oportuna esta contribuição proativa deste grupo de trabalho”, que se constituiu informalmente no final do ano passado.

O reforço das contribuições deve-se, também, ao facto de a transposição da Diretiva NIS2 “ir afetar milhares de entidades que atuam em Portugal em setores essenciais como a energia, os transportes, a saúde ou as infraestruturas digitais e respetivos fornecedores, categoria onde se enquadra a grande maioria das PME portuguesas”.

A proposta de lei deverá ser aprovada em breve pelo Governo e depois seguir para discussão no Parlamento, que este grupo de trabalho promete monitorizar.

O grupo é constituído por elementos da Sedes que, em conjunto com a Ordem dos Economistas e da recém-criada Apecsys — Associação para a Promoção do Ecosistema Digital Sustentável, elaboraram um conjunto de recomen-

dações, algumas inspiradas na lei espanhola. “Este contributo vai além das questões técnicas, que são muito relevantes, e alerta para a necessidade de o Governo transformar esta legislação num instrumento de alavanca da competitividade da economia portuguesa à escala internacional, num setor decisivo como é o da cibersegurança e da segurança da informação”, realça João Annes, membro da Sedes.

Para este especialista em cibersegurança, as novas propostas que vão chegar ao Governo “podem transformar Portugal num polo de atração de talento e investimento em cibersegurança, e não apenas um exportador de talento que é construído nas nossas universidades”.

Já Luís Rosendo, secretário-geral da Apecsys, frisa que “as recomendações feitas agora ao Governo para o novo regime de cibersegurança têm uma pertinência acrescida, desde logo pelo facto de sublinharem a necessidade de substituir a designação de ‘Responsável de Cibersegurança’ por ‘Responsável de Segurança da Informação’ e garantir que a função assegure uma abordagem holística que abrange não apenas a vertente tecnológica, mas também os aspetos organizativos, humanos e processuais”. Além da mudança semântica, “é uma opção estratégica para posicionar Portugal no panorama internacional de cibersegurança e que concorre com aquilo que os espanhóis puseram na sua proposta de legislação”, defende. Na sua opinião, reflete também “as melhores práticas a nível mundial.”

A Apecsys foi constituída formalmente há pouco mais de um mês com o objetivo de participar na organização institucional do ecossistema digital em Portugal. A associação, que reúne membros da Sedes e da Ordem dos Economistas, promove hoje a sua primeira sessão de trabalho sobre resiliência digital e o novo regime jurídico da cibersegurança, num evento que decorrerá em Matosinhos. Para esta nova entidade, os maiores desafios do ecossistema digital são a cibersegurança, a proteção de dados, a Inteligência Artificial e a computação quântica. São matérias que “vão muito além das questões técnicas, envolvendo a mobilização de recursos financeiros e humanos para transformar o conhecimento, o enquadramento normativo, os processos de negócio e as infraestruturas de suporte”, defende.



Opinião Sofia Santos

Adaptação climática e a urgência na política

A adaptação ao clima é um tema que parece não preocupar as esferas de decisão em Portugal. Num cenário global onde as mudanças climáticas se impõem como uma realidade palpável e ameaçadora, Portugal situado no extremo sul da Europa, vê-se diante de desafios que vão além de meras previsões meteorológicas. O aumento das temperaturas, a escassez de água e a intensidade dos eventos climáticos extremos, como secas devastadoras e inundações repentinas, fogos incontrolláveis, colocam em xeque a viabilidade e vitalidade de diversas áreas económicas nacionais: agricultura, construção, indústria, turismo, saúde entre outros.

É um paradoxo que, enquanto as consequências das mudanças climáticas se tornam cada vez mais evidentes, o Programa do Governo mencione a adaptação ao clima, de forma específica, apenas duas vezes: referente ao setor do Turismo e à necessidade de se atualizar a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Essa lacuna não é apenas uma omissão; é um sinal de que a questão da adaptação não está a receber a atenção que merece.

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e o seu plano de ação deveriam estar também no centro do desenvolvimento das políticas públicas na área económica, fiscal, educação e saúde. No entanto, a frágil referência a esse tema crucial levanta sérias preocupações sobre a importância que este Governo pode estar efetivamente a dar à necessidade urgente que Portugal tem em investir em infraestruturas verdes que

possam salvar vidas e atividades económicas no curto e médio prazo. E o Governo poderia “ganhar” com isto quer a nível popular, quer a nível de Finanças Públicas.

Vejam a importância de uma abordagem robusta à adaptação climática em Portugal:

- a proteção dos ecossistemas é fundamental. Uma abordagem proativa à adaptação pode preservar a biodiversidade e garantir que os serviços ambientais que sustentam a vida continuem a existir. Sem estes ecossistemas, setores como a agricultura, têxtil, cosmética, mobiliário, pasta e papel, turismo e hotelaria podem perder clientes e receitas significativas, e aumentar o desemprego e a despesa pública;

- a agricultura, que é um pilar da economia nacional, está sob constante ameaça das mudanças climáticas. A adaptação é uma necessidade imperiosa para assegurar a produtividade e, consequentemente, a segurança alimentar. Um setor agrícola que não seja capaz de se adaptar às mudanças climáticas poderá levar a inflação futura devido à ausência de alimentos, perda de valor do setor, e aumento da despesa pública;

- a saúde da população está diretamente ligada ao clima. O aumento de doenças respiratórias e a propagação de enfermidades transmitidas por vetores são apenas algumas das consequências que podem ser mitigadas com políticas de adaptação eficazes. Um sistema de saúde que ignora este tema, está a atirar para o futuro despesas públicas de saúde que serão insuportáveis numa sociedade envelhecida;

- investir em infraestrutura

que resista às intempéries é mais do que uma necessidade; é uma obrigação. A adaptação pode, efetivamente, diminuir os custos a longo prazo, evitando danos que poderiam ser catastróficos para a economia. Estes investimentos podem também criar emprego, novos negócios e uma nova dinâmica regional, aumentando a receita pública decorrente dos novos negócios;

- as comunidades mais vulneráveis são, frequentemente, as mais impactadas pelas mudanças climáticas. Políticas inclusivas e equitativas são essenciais para garantir que todos tenham acesso às ferramentas e aos recursos necessários para se adaptarem. Estas políticas aumentam a paz social e promovem um contexto de harmonia e coesão social tão necessária hoje em dia.

É, assim, imperativo que o Governo intensifique a discussão e a implementação de estratégias de adaptação ao clima. Ignorar essa questão pode resultar em consequências irreversíveis. O silêncio em torno do tema no Programa do Governo é um alerta que não pode ser ignorado. A consciencialização e a mobilização da sociedade civil, em parceria com políticas governamentais eficazes, são cruciais para assegurar que Portugal esteja preparado para enfrentar os desafios climáticos que se avizinhm.

A adaptação ao clima deve ser encarada como um imperativo estratégico, não como um detalhe marginal, mas como uma questão central ao desenvolvimento económico e à coesão social do país.

PhD, CEO da Systemic



Opinião Filipe Garcia

Stablecoins: concorrência e dúvidas

As *stablecoins* são criptoativos desenhados para manter um valor estável, normalmente atrelado a uma moeda fiduciária como o dólar ou o euro. Ao contrário da *bitcoin* ou do *ether*, cujo valor oscila de forma significativa, as *stablecoins* procuram garantir que 1 unidade digital equivale a 1 unidade da moeda de referência. Este modelo tem sido bem-sucedido: *Tether* (USDT), *USD Coin* (USDC) e *DAI* são exemplos de *stablecoins* que movimentam diariamente dezenas de milhares de milhões de dólares. São muito utilizadas para manter o dinheiro dentro dos mercados de criptoativos sem risco de variação de preço, mas também permitem facilitar transações internacionais rápidas e de baixo custo.

Sendo defensor da concorrência, agrada-me a ideia de sistemas monetários alternativos. A existência de *stablecoins* introduz competição num domínio tradicionalmente monopolizado pelos bancos centrais e pelo sistema financeiro convencional. Esta concorrência pode ser fonte de inovação, promovendo, por exemplo, soluções de pagamento disruptivas e menos onerosas para os utilizadores.

Os benefícios das *stablecoins* superam os seus riscos? A estabilidade destas moedas depende do seu “lastro” – reservas em moeda fiduciária, frequentemente, em títulos de dívida pública. Ou seja, as *stablecoins* atuais não são verdadeiramente alternativas ao sistema monetário tradicional, mas apenas uma réplica digital dependente da credibilidade e liquidez dos ativos subjacentes. Se o emissor

não conseguir assegurar a aparência de convertibilidade a 1 para 1, a *stablecoin* pode cotar com desconto, perdendo o seu principal atrativo: a estabilidade.

As vulnerabilidades são várias. Primeiro, a facilidade com que podem ser usadas em atividades ilícitas, evasão fiscal ou mercados paralelos é uma preocupação para reguladores e governos. Segundo, em momentos de *stress* poderá haver volatilidade inesperada, como já sucedeu quando algumas *stablecoins* perderam temporariamente a paridade. Terceiro, a proliferação destas moedas pode dificultar a eficácia da política monetária, reduzindo a capacidade de gerir a oferta de moeda e, por consequência, a estabilidade de preços e mesmo o financiamento público. Há, também, um paradoxo: como as transações em *stablecoins* são rastreáveis em *blockchain*, nas mãos erradas este registo pode ser usado para fins de controlo, confisco ou opressão fiscal, minando a promessa de liberdade que seduz muitos entusiastas.

A inovação já não pode ser ignorada – “o génio está fora da garrafa” – e a pressão para adoção de *stablecoins* tem aumentado, muito por força do ambiente favorável criado nos EUA sob a Administração Trump. Pelo contrário, na Europa, as autoridades têm-se mostrado renitentes em acarinhar esta tecnologia. O futuro destas moedas está em aberto: poderão ser uma peça central de um novo sistema financeiro mais eficiente, ou revelar-se um risco sistémico difícil de controlar.

Economista conselheiro



O ministro da Defesa polaco, Władysław Kosiniak-Kamysz, num dos helicópteros AH-64 Apache que o país recebeu há dias, na 56.ª Base Aérea, em Latków. Segurança é prioridade.

Na Polónia, Ucrânia é assunto diário e ameaça da Rússia é preocupação unânime

UNIÃO EUROPEIA Dia 30 termina a presidência polaca da UE que teve como mote “Segurança, Europa!”. E basta passar uns dias em Varsóvia para perceber que a Defesa Europeia, por ali, é mesmo a prioridade, tal como a ajuda à Ucrânia, com a qual partilha 500km de fronteira.

TEXTO **HELENA TECEDIEIRO**, EM VARSÓVIA

Sentado à enorme mesa da sala de reuniões da sede do Centro Polaco de Ajuda Internacional, numa zona residencial um pouco afastada do centro de Varsóvia, Michal Kulpinski recorda as várias vezes em que já esteve na Ucrânia a dar apoio às populações locais. Algum susto?, queremos saber. Ao que o socorrista de cabelos encaracolados, com a camisola com as letras PCPM – iniciais do centro, em polaco – estampadas explica: “O local onde trabalhamos é o mais perigoso. Estamos a tentar não passar lá as noites. Estamos equipados com coletes à prova de bala, capacetes e tudo o resto.” E admite: “Temos alguns exemplos do nosso trabalho, das nossas reparações, que pouco depois foram novamente destruídas. Como um telhado que instalámos, foi frustrante.”

Nestes dias finais do semestre de presidência polaca do Conse-

lho da União Europeia, quem chega a Varsóvia depressa percebe que, por ali, a guerra na Ucrânia – e sobretudo a segurança dos polacos – não é uma coisa longínqua, mas sim uma preocupação diária. Isso reflete-se no próprio mote da presidência “Segurança, Europa!” e na sua prioridade: a Defesa Europeia. Afinal o gigante polaco partilha mais de 500km de fronteira com a Ucrânia e a ameaça russa é bem conhecida dos 40 milhões de polacos, depois da partição entre Rússia, Prússia e Áustria no século XVIII, que apagou o país do mapa durante 123 anos, e de mais de quatro décadas de um regime comunista só derrubado em 1989.

Ladeado pelos colegas Daria Zebrowska, responsável pela integração dos refugiados ucranianos nas escolas, Przemyslaw Stachura, coordenador de operações do PCPM, além de Ewa Kwasnik, responsável pela Co-

municação, Michal Kulpinski continua a explicar em que consistem exatamente os projetos do Centro de apoio à Ucrânia. E conta como uma das áreas em que deram ajuda foi com as chamadas “reparações humanitárias”. “Basicamente, são reparações ligeiras e médias – casas sem janelas, sem telhados.” O objetivo era, explica, “dotar estas casas dos chamados invólucros térmicos. Ter, pelo menos, uma divisão segura para se viver e onde as pessoas se pudessem aquecer no inverno”.

Na fase inicial do conflito, o apoio passava muito por dinheiro, mas meses depois o PCPM decidiu distribuir esse dinheiro pelos deslocados internos na Ucrânia. “Depois mudámos para uma forma mais desenvolvida de ajudar, fornecendo dinheiro em troca de trabalho. A ideia era proporcionar salários aos deslocados internos nas zonas onde vivem. E o trabalho que faziam era para as autoridades locais. Estas, selecionavam coisas que precisavam de ser feitas. Não tinham dinheiro para, por exemplo, limpar ruas ou fazer remodelações. Mas graças ao nosso dinheiro, contrataram mais pessoas, mais funcionários, entre os deslocados internos da região. E puderam apoiar. Foi muito importante e interessante, ao mesmo tempo, porque não só ajudámos com dinheiro, como proporcionámos a estes deslocados internos algum tipo de dignidade, a possibilidade de fazerem alguma coisa, de trabalharem”, explica Kulpinski.

Um dos projetos do PCPM é financiado pela Jerónimo Martins, uma das muitas empresas portuguesas instaladas na Polónia e ali conhecida, sobretudo, pela cadeia de supermercados Biedronka, cuja sorridente joaninha se encontra um pouco por todo o lado. “O projeto da Biedronka passa pela distribuição de bens alimentares e de kits de higiene aos grupos mais vulneráveis nas regiões de Kharkiv e Kherson”, explica Kulpinski. Segundo o site do PCPM, esta ajuda já terá chegado a 54 mil pessoas.

Alarga maioria – mais de 80% – dos refugiados ucranianos que a Polónia recebeu eram mulheres, muitas com crianças pequenas. Por isso o PCPM também se focou no apoio à integração dos menores no sistema de ensino polaco. Mas não só, desenvolveu um programa para contratar professoras ucranianas para dar



Michal Kulpinski, do Centro Polaco de Ajuda Internacional com um dos civis que ajudaram na Ucrânia.

apoio neste processo. Daria Zebrowska é uma das responsáveis desse programa e explica que este continua até hoje, com muitas professoras a terem-se instalado.

Hoje ainda há 900 mil refugiados ucranianos na Polónia e têm surgido alguns relatos de abusos e xenofobia, mas no início da guerra o esforço de acolhimento foi quase unânime. E coube a todos. Uma dessas pessoas foi João Brás Jorge. O CEO do Bank Millennium, o braço polaco do português BCP, contou ao DN como a sua família se envolveu para ajudar. “As pessoas que queriam ir para Portugal, eram postas no comboio, nós recebíamos-las aqui e iam para a minha casa. Depois, a minha mulher ajudava-as a ir à embaixada para tratar das coisas”, explicou.

A viver em Varsóvia desde 2006, sete anos antes de assumir a lide-

Um dos projetos do PCPM é financiado pela Jerónimo Martins, uma das muitas empresas portuguesas instaladas na Polónia. “O projeto passa pela distribuição de bens alimentares e de kits de higiene aos grupos mais vulneráveis nas regiões de Kharkiv e Kherson”, explica Kulpinski.

rança do banco que tem o Millennium BCP como acionista maioritário, João Brás Jorge conta como, na altura, se mobilizaram no banco – “limpámos e preparámos 500 laptops para os miúdos ucranianos poderem usar para as aulas remotas na Ucrânia”, conta o CEO de uma instituição bancária que serve três milhões de clientes na Polónia, acrescentado que a tradição se manteve e hoje ainda “damos regularmente computadores, quer para a Ucrânia, quer para as zonas mais pobres aqui na Polónia”.

Viver de olho na ameaça de Moscovo

Foi a uma Varsóvia ainda a recuperar da reviravolta que dera a vitória do nacionalista Karol Nawrocki sobre o centrista Rafał Trzaskowski na segunda volta das presidenciais que cheguei no início do mês. Acabada de chegar do aeroporto, segui para um encontro com Marek Prawda. Antigo embaixador na Suécia, na Alemanha e na UE, o secretário de Estado-Adjunto para os Assuntos Europeus polaco não escondeu a preocupação com o cenário atual. “A guerra na Ucrânia foi uma experiência dramática, que trouxe de volta esta imagem da Rússia como uma ameaça. Isto não se aplica apenas à Polónia, é um problema para a ordem internacional.”

O governante recordava ainda como a geografia foi ingrata para a Polónia, ladeada historicamente por “dois vizinhos gananciosos”. Também o secretário de Estado da Defesa, Pawel Zalewski,

confessava, no dia seguinte, que as ambições russas passam por “controlar os Estados Bálticos e expulsar a NATO da Polónia.” Numa salinha do Ministério da Defesa, no centro de Varsóvia, este filho e neto de veteranos de guerra não revelava qualquer dúvida: “A Rússia só pode ser detida por aqueles que detêm o poder. É a única forma. Putin só compreende o poder bruto.”

Talvez por isso o primeiro-ministro Donald Tusk tenha anunciado, há uns meses, planos para dar treino militar a todos os polacos. O objetivo é ter uma população o mais preparada possível para a guerra. E reflete-se nos números. A Polónia é já o país da NATO que mais gasta em Defesa – 4,7% do PIB previstos para este ano – e “estamos a preparar-nos para ter 300 mil soldados profissionais mais um milhão de reservistas para o Exército. É um número grande. Mas a experiência da Ucrânia mostra que, mesmo que esta guerra tenha mudado o seu carácter para uma guerra de drones, as pessoas ainda importam muito”, explicou Zalewski.

O foco na Defesa também fez nascer na Polónia publicações especializadas neste setor. Como a Defense 24, o maior portal polaco dedicado à temática da in-

Logo do criador de ‘Solidariedade’



Se quando olha para o logótipo da presidência polaca do Conselho da União Europeia este lhe parece familiar, não é apenas uma impressão. É que o seu autor é Jerzy Janiszewski, o mesmo homem que desenhou o icónico selo do Solidariedade, bem como símbolo da presidência de 2011, quando a Polónia presidiu pela primeira vez à UE. O logo desta segunda presidência polaca inspira-se nas melhores tradições do movimento Solidariedade, simbolizando o renascimento da democracia e da sociedade civil polacas e marcando o regresso da Polónia à vanguarda do debate europeu.

Numa salinha do Ministério da Defesa, no centro de Varsóvia, o secretário de Estado da Defesa polaco, filho e neto de veteranos de guerra, não revelava qualquer dúvida: “A Rússia só pode ser detida por aqueles que detêm o poder. Putin só compreende o poder bruto.”

dústria de defesa das Forças Armadas e da geopolítica. Reivindicando ter 200 mil leitores diários, o Defense 24 tem sede no centro de Varsóvia. É numa sala com a reprodução de um quadro onde se veem as invasões napoleónicas ocorridas na Península Ibérica, no século XIX – e que serve para quebrar o gelo –, que conversamos com Aleksander Olech. Para o chefe da Cooperação Internacional do Defense 24, a Ucrânia é, claro, um tópico essencial. Mas garante que a sua audiência, na larguíssima maioria polaca, apesar de terem alguns textos em inglês, se interessa por quase tudo – desde a relação com os EUA, ao reforço das relações com França e com o Triângulo de Weimar (Polónia, Alemanha e França), à compra de equipamento militar à Coreia do Sul ou à nova corrida ao espaço. E destaca a conferência anual que organizam, que tem lugar em Varsóvia, e para a qual convidam vários players ligados à Defesa, dos mais variados setores.

Estado-membro desde 2004 e sexta economia da UE, a Polónia pode estar hoje politicamente dividida, como se viu nestas eleições, mas numa coisa todos concordam – liberais e conservadores, esquerda e direita – a ameaça vem de Moscovo.

Passados três anos e meio da invasão russa da Ucrânia, a guerra pode já não estar tão no centro das notícias – eclipsada, talvez, pelas tensões e trocas de ataques entre protagonistas no Médio Oriente, mas na Polónia todos estão empenhados em lembrar ao resto da Europa que a ameaça russa não é um problema só deles e que, se a Polónia cair, ninguém na Europa está a salvo.

DN viajou a convite da embaixada da Polónia



Opinião
Magnus Brunner

Quarenta anos de Schengen

O Espaço Schengen, que possibilita a existência de fronteiras internas abertas em grande parte da Europa, celebra este mês de junho o seu quadragésimo aniversário. Trata-se de uma das conquistas mais poderosas e visíveis da nossa União Europeia. Influencia a vida de mais de 450 milhões de europeus de forma concreta, impulsionando o turismo, tornando os bens mais baratos e proporcionando oportunidades de trabalho e de estudo.

Mas afeta-nos igualmente de formas mais intangíveis. Há 40 anos, o início de Schengen marcou uma nova era de abertura na Europa, uma mudança radical no historial de fronteiras fechadas que marcou a Europa durante tanto tempo. Era uma visão de um futuro melhor.

Na verdade, poucos signatários do Acordo de Schengen de 1985 esperavam que este projeto fosse tão bem-sucedido. Provavelmente, ninguém imaginava que no seu tempo de vida viesse a existir uma rota aberta do Atlântico ao Mar Negro.

No entanto, não existe nenhum mistério no sucesso de Schengen. É o resultado de trabalho árduo e de aperfeiçoamentos contínuos. A manutenção e a expansão de Schengen só foram possíveis através da criação de um sistema de apoio perfeitamente ajustado, com uma forte cooperação policial, formação de agentes de autoridades policiais de diferentes países e, até, a partilha de tarefas de proteção fronteiriça entre as autoridades responsáveis pelas fronteiras.

Para preservar o que foi alcançado nos próximos 40

anos e mais além, será preciso renovar Schengen constantemente. Uma vez mais, não há uma receita mágica, mas temos de trabalhar três aspetos importantes em simultâneo.

Em primeiro lugar, devemos fortalecer as nossas fronteiras externas. Por isso, estamos a criar um dos mais modernos sistemas informáticos para a gestão dessas fronteiras. Estamos igualmente a investir em mais infraestruturas físicas e digitais, em especial nas zonas sensíveis da fronteira onde vizinhos hostis tentaram utilizar a migração contra nós.

Estamos também a incrementar de forma significativa os recursos da Frontex, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, para apoiar operacionalmente os países da UE na gestão das fronteiras.

“

Poucos signatários do Acordo de Schengen de 1985 esperavam que este projeto fosse tão bem-sucedido. Provavelmente, ninguém imaginava que no seu tempo de vida viesse a existir uma rota aberta do Atlântico ao Mar Negro.”

Em segundo lugar, temos de resolver os problemas do sistema europeu de gestão da migração. Trata-se de pôr em ordem a nossa própria casa. No ano passado, os países da UE chegaram a acordo sobre o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo e, este ano, a Comissão complementou-o com um conjunto de alterações destinadas a intensificar o retorno das pessoas que não tenham o direito de permanecer legalmente na UE. Essas reformas são acompanhadas da intensificação dos esforços de colaboração com países terceiros em todos os aspetos relativos às migrações, em especial a readmissão dos seus cidadãos. Todas estas reformas, a implementar em 2026, farão uma grande diferença.

A terceira forma de preservar Schengen é garantirmos que as nossas autoridades policiais dispõem dos instrumentos necessários para agir contra ameaças. Temos de ser mais fortes para enfrentar os novos tipos de ameaças à segurança que não conhecem fronteiras. Tal significa reforçar a Europol a fim de a tornar mais operacional e mais capacitada para apoiar as autoridades nacionais e cooperar com parceiros internacionais. Importa igualmente melhorar o acesso das autoridades policiais à informação, facilitando o trabalho dos investigadores e permitindo-lhes obter e partilhar informações que possam travar a criminalidade.

Há 40 anos, Schengen começou por ser uma visão. Hoje, é uma realidade que devemos celebrar, proteger e continuar a desenvolver.

Comissário Europeu dos Assuntos Internos e Migração



Opinião
Raúl M. Braga Pires

‘Reborn Trump’ - peça de um novo xadrez, num tabuleiro de mosaico movediço!

A minha geração será a última que conhece a expressão, “ver o fim do mundo em cuecas”! Ele aí está, mas a imagem que quero transmitir é precisamente a distorção que o “elefante provocou no tabuleiro”, que passou a ter quadrados disformes e falsos, tipo Indiana Jones a espalhar areia no vazio para identificar chão seguro!

O novo tabuleiro passou a marcar duas semanas e praticamente 90% de enriquecimento, enquanto os livros vão no sentido contrário, mas o *Reborn Trump* nunca leu um livro! A *Intelligence* dos inteligentes (Tulsi Gabbard) e a Agência Internacional para a Energia Atómica (Rafael Grossi), dizem 60%, não confirmam “nada de tangível no sentido da arma atómica” e vem o puto, agarra na bola, grita “quinze dias, estão a quinze dias de montarem aquilo” enquanto foge para casa! Netanyahu, o parceiro perfeito para a pantomima, com cada um dos pés a ocupar um mosaico distante do outro, também diz que resolve o assunto em duas semanas, mas depois aquilo oscila um pouco e já diz, “o tempo que for preciso” com aquele olhar protetor!

Putin, com um pé dentro e outro fora do tal tabuleiro, ameaça atirar-se de cabeça e tornar os mosaicos distorcidos em espiral nuclear! Não será isto “o fim do mundo em cuecas”, para quem curti a Duran Duran e viu no *Live Aid* um caminho, uma solução? Radicais, os debates lá em casa sobre este caminho, mas

pareceu uma porta de saída exequível, com uma linguagem universal, a Arte! Um movimento gregário, finalmente, que também combateu e condicionou o *Apartheid*. Uma força, com um sentido, a união, a paz. E nós acreditámos, porque também acreditámos que ia ser como no *Espaço 1999*. Não haver cristãos, muçulmanos ou judeus e todos os outros, era o futuro!

“E cá se vai andando com a cabeça entre as orelhas”, enquanto um outro interessante fenómeno está a acontecer, sobretudo nas TV, a sentença de morte decretada por comentadores católicos ao líder supremo do Irão!

Entretanto, “os índios deslaram a bomba” e assinam, “agora é tempo para a paz”! Agora, “é tempo de aprenderem que espada de Ali, depois de desembainhada, não parará até à vitória”!

Mas o que realmente quero, é apresentar-lhe o “Dia do Juízo Final” para muçulmanos e o “Fim dos Dias” para judeus! Porquê? Porque o confronto é entre judeus ultra-ortodoxos, “Talibãs versão Judaica” e os muçulmanos praticantes do Islão Político, que se torna fascista na forma de aplicação. Ambos, sempre viveram no tabuleiro movediço do caminho para o fim. Porquê? Porque está escrito. *Maktub!*

Polítologo/arabista
www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

► nova edição
Já nas bancas

A revista que a ajuda a viver de forma saudável

[@womenshealthportugal](https://www.tiktok.com/@womenshealthportugal)
[@womenshealthportugal](https://www.instagram.com/womenshealthportugal)
[womenshealth.pt](https://www.womenshealth.pt)
[facebook.com/womenshealthportugal](https://www.facebook.com/womenshealthportugal)

Cartório Notarial de Leiria
a cargo da Notária Deolinda Carvalho Saturnino Pascoal
--- Av. Cidade de Maringá, Edifício D. João III, lrs 16, 17 e 47, 2400-118 Leiria ---

---Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública lavrada no meu Cartório aos 05/06/2025, iniciada a folhas 113 do livro de notas número 75, Bruno Ricardo Jesus Neto, NIF 222001771, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, solteiro, maior, residente no Largo do Broma, nº 9, 1950-048 Lisboa, declarou que, com exclusão de outrem, é dono e legítimo possuidor do seguinte imóvel, omissão no Registo Predial, nada tendo a haver com os descritos na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob os números cinco mil quatrocentos e sessenta e sete e cinco mil quatrocentos e setenta e nove da freguesia de Santa Maria dos Olivais:-----

---Prédio urbano, com a área total e coberta de cento e três vírgula noventa e cinco metros quadrados, composto por edifício de rés-do-chão para habitação, sito no Largo do Broma, nºs 7, 8, 9 e 10, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa, a confrontar do norte e nascente com Av. Santo Condestável, sul com horta comunitária e do poente com Azinhaga do Broma, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 3707, cuja proveniência matricial desconhece, com o valor patrimonial atual (CIMI) e atribuído de €52.340,00; o qual veio à sua posse pelo mês de janeiro do ano de dois mil e quatro por compra sob a forma meramente verbal a Maria José Vieira Rodrigues Pedro, solteira, maior, residente que foi no Largo do Broma, nº 8, Lisboa.-----

---Que, assim, desde aquela data, logo há mais de vinte anos, possui o prédio em nome próprio e na firme convicção de não lesar direitos de outrem, sempre sem a menor oposição de quem quer seja e com o conhecimento de toda a gente, ostensiva e ininterruptamente desde o seu início, posse essa que se tem materializado pelo aproveitamento que o mesmo é suscetível, habitando-o, nele guardando seus haveres, cuidando da sua conservação e defesa, pagando as devidas contribuições, sendo por isso uma posse caracterizada pela boa-fé e exercida de uma forma pública, pacífica e contínua, pelo que, muito embora não possa exibir o respetivo título de aquisição, o certo é que já o adquiriu por USUCAPIÃO que invoca para todos os efeitos legais, por não lhe ser possível provar o seu direito de propriedade perfeita pelos meios extrajudiciais normais.-----

A Notária. *Deolinda Carvalho Saturnino Pascoal*

Conta registada sob o nº 38

classificados.dn.pt
EM PAPEL E NO DIGITAL.

Procure bons negócios no sítio certo.

Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS

Diário de Notícias

PARA ANUNCIAR » CHAMADA GRATUITA

800 241 241

GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS Pç. Ginásio Clube Português nº 1, 1250-111 Lisboa
Tel. + 351 21 384 15 80 Fax + 351 21 384 15 89
e-mail info@gcp.pt http www.gcp.pt
NIF 500 127 174

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

A pedido da Direcção, no uso dos poderes estatutários de harmonia com a Lei e ao abrigo dos Artigos 27.º, 38.º, 39.º e 43.º dos Estatutos do Ginásio Clube Português, todos os prezados consócios com a maioridade legal, com mais de seis meses de antiguidade, no pleno gozo dos seus direitos estatutários, são convocados a reunir em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, nesta cidade de Lisboa, na Sede Social, "Sala Manuel Fradinho", na Praça Ginásio Clube Português, n.º 1, no próximo dia **TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**, segunda-feira, pelas dezoito horas, a fim de:

1. APRECIAR, DISCUTIR E VOTAR O PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO DE DESPESAS E RECEITAS PARA 2025/2026;

A pedido de noventa e um sócios, também no uso dos poderes estatutários de harmonia com a Lei e ao abrigo dos Artigos 38.º, 39.º, alínea g) do 39.º e 43.º, n.º 1, alínea b), ponto (3), dos Estatutos do Ginásio Clube Português, todos os prezados consócios com a maioridade legal, com mais de seis meses de antiguidade, no pleno gozo dos seus direitos estatutários, são convocados a reunir em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, no mesmo local, data e hora, a fim de:

2. APRECIAR, DISCUTIR E VOTAR A ATRIBUIÇÃO DO GALARDÃO DE SÓCIA HONORÁRIA À PROFESSORA LUISA MINISTRO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 10.º, N.º 3, ALÍNEA H) DOS ESTATUTOS E ARTIGO 3.º, N.º 1, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO DE PREMÍOS E DISTINÇÕES;

Nos termos do n.º 3, do Art. 43.º, dos Estatutos do Ginásio Clube Português, se faltar metade dos sócios com direito a tomar parte na Assembleia, para funcionar estatutariamente, fica esta convocada para idêntico fim, no mesmo local e dia, para uma hora depois.

Nos termos do ponto (3), da alínea b), do n.º 1, do Art.º 43.º, dos Estatutos do Ginásio Clube Português, para deliberar o Ponto 2., é necessária a comparência de, pelo menos, dois terços dos sócios requerentes.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 40.º dos Estatutos do Ginásio Clube Português, conjugado com o n.º 2 do Art.º 175.º e O Art.º 180.º, in fine, do Código Civil, é exigível a presença física dos associados, não sendo admissível a sua representação por procuração ou por carta mandadeira.

A documentação pertinente a esta Assembleia encontra-se patente, a partir do dia **23 de junho de 2025**, no Gabinete da Direcção.

Lisboa, 20 de junho de 2025
GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS

Ass.) Manuel Cavaleiro de Ferreira
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

*Há datas que merecem ser emolduradas.
E pessoas que merecem ser celebradas.*

Surpreenda alguém!

LOJA



Muitas bandeiras portuguesas na chegada à meta de João Almeida.

EPA / URS FLUELEER

FEITOS

1.º PORTUGUÊS TOP-5 NAS TRÊS GRANDES VOLTAS

O 4.º lugar no *Tour2024* vale a João Almeida (UAE Emirates) um recorde no ciclismo nacional. Aos 25 anos, tornou-se o primeiro português a figurar no top-5 das três principais voltas (França, Itália e Espanha). Depois de vestir a camisola rosa durante 15 dias, em 2020, e de ser 4.º no *Giro*, ficou em 3.º na Volta à Itália, em 2023. Terminou a *Vuelta2022* em 5.º.

PERSEGUE FEITOS DE JOAQUIM AGOSTINHO

Em 13 participações no *Tour*, Joaquim Agostinho conseguiu dois 3.ºs lugares e ganhou cinco etapas (a mais célebre de todas, no mítico Alpe d'Huez, em 1979). João Almeida estreou-se na corrida francesa com um 4.º lugar na geral, que vai tentar melhorar este ano.

João Almeida vence a Volta à Suíça. É a 3.ª corrida que ganha esta época

CICLISMO Corredor da UAE Team Emirates anulou os 33 segundos de desvantagem e terminou com um avanço de mais de um minuto. É o terceiro ciclista, a nível mundial, a conseguir vencer três das sete provas, por etapas, seguidas e já pensa em preparar o *Tour*... depois de descansar.

TEXTO ISaura ALMEIDA

“Dá-lhe João.” A frase em português, que acompanhou João Almeida durante os 10km da crono-escalada final da Volta à Suíça, ajudou certamente o português a anular a desvantagem de 33 segundos para vencer a etapa final e a prova com mais de um minuto de avanço.

O corredor natural de A-dos-Francos, Caldas da Rainha, venceu a terceira corrida, por etapas de uma semana, do calendário do WorldTour, de forma consecutiva, após as conquistas das Voltas ao País Basco e à Romandia. Algo raro e que só o irlandês Sean Kelly (1984 e 1986) e o britânico Bradley Wiggins (2012) tinham alcançado.

“Estou muito feliz. Era um objetivo de carreira vencer a Volta à

Suíça. Mais uma vitória numa corrida por etapas. Nunca iria acreditar que iria ganhar três Voltas seguidas... e três Voltas das grandes voltas de uma semana. Claramente, superou as minhas expectativas”, confessou o ciclista, que se tornou o segundo português a vencer a Volta à Suíça, depois de Rui Costa (2012 a 2014).

Ontem, na 8.ª etapa, João Almeida anulou os 33 segundos que tinha para o camisola amarela Kévin Vauquelin (Arkéa) e conquistou este domingo a vitória final na Volta à Suíça. “Senti-me muito bem durante a subida. Por momentos até pensei que o meu potenciômetro não estava bom, porque estava a mostrar-me valores elevados. Estou muito feliz”, confessou, depois de saber que tinha ganhado a prova.

“Estou muito feliz. Era um objetivo de carreira vencer a Volta à Suíça. Mais uma vitória numa corrida por etapas. Nunca iria acreditar que iria ganhar três Voltas seguidas... e três Voltas das grandes voltas de uma semana. Claramente, superou as minhas expectativas.”

O ciclista da UAE vingou, assim, o 2.º lugar de 2024, com a vitória na crono-escalada final da prova helvética. João Almeida terminou a Volta à Suíça com 1.01 minutos de vantagem sobre Kévin Vauquelin, 2.º classificado, e 1.58 sobre o britânico Oscar Onley (PicNic).

“Era o grande plano, desde que perdi três minutos na primeira etapa. A equipa esteve incrível, fez um grande trabalho. Lutámos pela vitória, acreditámos, nunca desistimos e, no final, conseguimos. Hoje comecei muito rápido, passei-me um pouco no ritmo, no final não tinha mais para dar no último quilómetro, mas não era necessário”, explicou o português, que aos 26 anos se assume como um dos melhores ciclistas a nível mundial.

O primeiro dia na prova foi para esquecer. O ciclista português chegou a ter um atraso para o camisola amarela de mais de três minutos na geral, mas conseguiu ganhar três etapas, acabou em 2.º noutras duas e fez o que parecia impossível: vencer a prova que é uma espécie de antecâmara da Volta à França, o seu grande objetivo da época.

“No final, é uma lição: não devemos desistir, por vezes as coisas correm mal, nada é perfeito. Temos de continuar a lutar e conseguimos. Terei muito tempo para desfrutar desta vitória e estarei pronto para ajudar o Tadej no *Tour*. Esperemos conseguir mais vitórias lá”, avisou João Almeida, que agora vai descansar duas semanas até começar a preparar o *Tour* (21 etapas, realizadas entre 5 e 27 de julho de 2025).

Habitado a trabalhar para os colegas brilharem, na Suíça era ele o líder e favorito e não esqueceu a equipa na hora dos agradecimentos. “Estou muito contente. Tenho de agradecer à minha grande equipa. Estiveram muito, muito bem toda a semana. Sem eles, não conseguiria ter feito isto. Foram brutais e impecáveis”, disse o português, que já tinha vencido as voltas à Polónia e Luxemburgo em 2021.

isaura.almeida@dn.pt

Fernando Pimenta de ouro nos Europeus

CANOAGEM Português revalidou o título em K1 5000 metros, depois de ter vencido os K1 1000 metros. Messias Baptista conquistou a medalha de prata em K1 200 metros.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Fernando Pimenta sagrou-se Campeão da Europa em K1 5000 metros. Um dia depois de ter voltado ao lugar mais alto do pódio em K1 1000 olímpico, tornou-se Campeão Europeu na distância pela 4.ª vez. O atleta natural de Ponte de Lima, Vice-Campeão Olímpico medalha de bronze em Tóquio 2020, em K1 1000 continua a somar medalhas aos 35 anos. Foi a 25.ª medalha em Campeonatos da Europa e o oitavo ouro desde 2010.

Fernando Pimenta, que já tinha conquistado a medalha de ouro naquela prova em 2016, 2022 e 2024, venceu a final deste ano com o tempo de 21.14,874 minutos, batendo por 1,110 segundos o húngaro Adam Varga e por 2,886 o dinamarquês Mads Pedersen, segundo e terceiro classificados.

O canoísta português, de 35 anos, conquistou a segunda medalha nesta edição dos Europeus, ambas de ouro, uma vez que também venceu a prova de K1 1000 metros, na qual alcançou igualmente o quarto título continental, depois dos sucessos em 2016, 2017 e 2018.

Ainda ontem, Messias Baptista conquistou a medalha de prata na prova de K1 200 metros dos Europeus de Canoagem de Velocidade de 2025, a segunda na competição, que decorre em Racice, na República Checa.

Messias Baptista, de 25 anos, completou a distância na final A em 34,174 segundos, ficando a escassos 36 centésimos do serviço Strahinja Dragoslavljevic, que se sagrou Campeão Europeu com o tempo de 34,138, enquanto o espanhol Carlos Arevalo alcançou o bronze, a 416 do vencedor.

O canoísta português, Campeão Mundial da distância, já tinha conquistado uma medalha de ouro nesta edição dos Campeonatos da Europa, em K4 500 metros, ao lado de Gustavo Gonçalves, João Ribeiro e Pedro Casi-



O momento em que o canoísta português ouve A Portuguesa, de medalha de ouro ao peito.

Norberto Mourão conquistou a medalha de ouro na prova adaptada de VL2 200 metros dos Campeonatos da Europa de Canoagem de Velocidade de 2025.

nha, tal como Fernando Pimenta, na prova de K1 1000 metros.

Portugal despediu-se de Racice, na República Checa, com um total de quatro medalhas, três de ouro, ficando apenas atrás da Hungria, que alcançou sete de ouro (15 no total), e da Espanha, com quatro de ouro (12 no total).

Também ontem, o português Norberto Mourão conquistou a medalha de ouro na prova adaptada de VL2 200 metros dos Campeonatos da Europa de Canoagem de Velocidade de 2025. Mourão, de 44 anos, sagrou-se Campeão Europeu com o tempo de 54,235 segundos, impondo-se por 827 centésimos ao britânico Edward Clifton e por 967 ao espanhol Higinio Rivero. A medalha de Norberto Mourão foi a primeira de Portugal na canoagem adaptada nesta edição.

Vieira prepara candidatura... enquanto a direção do Benfica debate a sua expulsão

ELEIÇÕES Ex-presidente demitiu-se quando foi detido em 2021, no âmbito do processo *Cartão Vermelho*.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

Luís Filipe Vieira pondera recandidatar-se à presidência do Benfica e estará já a recolher apoios nesse sentido. A notícia é avançada pelo jornal *O Jogo*, neste domingo, 22 de junho, que dá conta de que, “após avaliação, o antigo presidente das águias decidiu-se a entrar na corrida pela liderança do clube”, cujas eleições estão marcadas para outubro.

Eleito em 2003 pela primeira vez, Luís Filipe Vieira venceu mais cinco eleições do Benfica, tendo deixado o cargo, no verão de 2021, na sequência do processo *Cartão Vermelho* e das várias acusações de que foi alvo. Foi então substituído interinamente pelo seu vice-presidente, Rui Costa. Depois de detido, renunciou ao cargo.

Rui Costa acabaria por se candidatar formalmente à presidência, eleições que venceu a 9 de outubro de 2021. O atual presidente do Benfica ainda está a avaliar se avança ou não com a sua recandidatura, remetendo a sua decisão para depois do Mundial de Clubes – Benfica joga com o Bayern Munique, amanhã –, mas candidatos é coisa que não falta. João Diogo Manteigas, João Noronha Lopes, Cristóvão Carvalho e Martim

Mayer já anunciaram a ida a votos no dia 25 de outubro.

Quanto a Luís Filipe Vieira, estará, segundo *O Jogo*, “na reta final da preparação” da sua candidatura. Isto enquanto, a direção do Benfica se prepara para discutir a eventual expulsão de Vieira como sócio do clube estava prevista para hoje, mas foi entretanto adiada. Em causa o relatório dos serviços jurídicos do Benfica sobre os factos ocorridos na Assembleia-Geral do clube de 27 de setembro de 2019, na qual Vieira agrediu um sócio.

Algo que levou Marco Galinha, que desistiu da corrida ao ato eleitoral, a reagir na rede social X. “Apresentei um estudo sério, feito por gente competente. A resposta? Insultos e a velha cartilha: ‘Vieirista’. Nunca tinha sequer falado com Luís Filipe Vieira até esse dia. Sem qualquer condenação judicial, preparem-se: ele é uma forte possibilidade. O Benfica merece mais – vitórias, dignidade e ambição. Seja qual for o candidato, quantos mais melhor. O sistema entrou em pânico. Isto não estava nos seus planos. Expulsá-lo de sócio? Como travar a onda da Nazaré com as palmas das mãos”, pode ler-se na mensagem do empresário e acionista da Global Media, dona do DN. **ComIA**



Luís Filipe Vieira demitiu-se em 2021 na sequência da detenção.

Cristian Macelaru

“Roménia sempre deu importância à Educação. E sobretudo a Educação Musical tornou-se uma obsessão”

ENTREVISTA O mundo recorda-se bem de ver Cristian Macelaru a dirigir a Orquestra Nacional de França no Jogos Olímpico de Paris, em 2024, debaixo de chuva. Agora esteve em Lisboa para apresentar o Festival Enescu, do qual é o diretor Artístico. O maestro conversou com o DN sobre o grande compositor romeno e sobre a Roménia.

TEXTO LEONÍDIO PAULO FERREIRA

Dirigiu a Orquestra Nacional de França na cerimónia de abertura dos recentes Jogos Olímpicos. Pode explicar como foi viver esse momento?

Nos Jogos Olímpicos de 2024, em Paris, tive a oportunidade de dirigir a Orquestra Nacional de França, da qual sou diretor Musical. Era uma ideia em que vínhamos a trabalhar há alguns anos, mas claro que tudo foi mantido confidencial porque os organizadores queriam que fosse uma surpresa. À medida que a data da cerimónia se aproximava, manteve-se o sigilo o mais possível. Por isso, mesmo eu não sabia como seria a cerimónia. Tinha noção do meu papel, mas, no geral, não fazia ideia. Por isso, foi realmente fantástico dirigir cerca de duas horas de música ao vivo durante a cerimónia. Eu estava mesmo em frente à tribuna, e consegui ver tudo na perfeição. Tinha o melhor lugar. E queria ver tudo a desenrolar-se ao vivo, porque mesmo durante os ensaios, não víamos muitos dos elementos. Portanto, foi de grande intensidade a apresentação, e tanto eu como a orquestra fomos surpreendidos ao ver tudo aquilo a acontecer. E fazer tudo enquanto chovia sobre a orquestra também foi um desafio [risos].

A chuva afetou certamente a forma como atuou a orquestra.

Bem, sim, tudo teve de ser ajustado. Os instrumentos eram diferentes e alguns músicos estavam a usar capas de plástico. Decidi

pessoalmente não usar plástico protetor porque estava nos Jogos Olímpicos e pensei: “Não posso parecer que estou a tentar proteger-me.” Então fiquei à chuva durante duas horas. Foi uma experiência e tanto [risos].

Sobre esta Orquestra Nacional Francesa, é uma orquestra multinacional, especialmente estando baseada em Paris, uma das grandes capitais culturais?

Afinal, tem um maestro romeno. Sim. Aquilo que une uma orquestra é o estilo de tocar. E para entrar em qualquer orquestra, em qualquer parte do planeta, é preciso aderir a esse estilo. A Orquestra Nacional Francesa, antes de mais, é a única orquestra em França que manteve a tradição dos instrumentos franceses, porque alguns dos instrumentos, sobretudo os sopros, são diferentes. Assim, mantivemos o fagote francês, que é muito diferente do fagote alemão. Parece o mesmo, mas as chaves são diferentes. O som é diferente. E todos os compositores franceses, Ravel, Debussy, escreveram para o fagote francês. E 99% do mundo toca hoje no fagote alemão. Mantivemos também o estilo francês de tocar clarinete. Também a escola de cordas para tocar música francesa, é muito diferente. O que se ensina em Paris no Conservatório, o estilo de tocar, é muito diferente do estilo alemão, do estilo russo ou do estilo americano. Portanto, é um conceito que, acima de tudo, mantemos na or-

questra. E há pessoas de muitas nacionalidades que adotam este conceito e este estilo de tocar, que vêm estudar para França e depois lá permanecem. Temos um clarinete solo fabuloso, um dos meus favoritos no mundo, que se chama Carlos Ferreira, e é português. Também estudou em Paris. E é um dos membros mais valiosos da orquestra. É mundialmente famoso. E toca neste estilo.

Se quisermos ouvir algo 100% autêntico de Ravel, tem de ser a Orquestra Nacional Francesa?

Sim. E os nossos discos completos de Ravel serão lançados em breve, porque este é o 150.º aniversário. E, voltando à ideia da característica internacional de uma orquestra, acho lindíssima, porque representa o que há de mais belo na cultura e nas artes: reunir

“Certamente, na perspetiva romena, a França sempre foi um modelo a seguir, mas não sei se os franceses sabem disto [risos]. A Roménia sempre foi muito francófona. A língua mais falada depois do romeno durante muitos anos foi o francês.”

pessoas de todo o mundo.

Para um maestro romeno trabalhar em Paris é natural? A ideia que tenho é que a França sempre foi uma espécie de modelo para a Roménia. Isso é verdade?

Certamente, na perspetiva romena, a França sempre foi um modelo a seguir, mas não sei se os franceses sabem disto [risos]. A Roménia sempre foi muito francófona. A língua mais falada depois do romeno durante muitos anos foi o francês. Bucareste foi muito planeada a partir de Paris e a alta sociedade da Roménia a língua que falava era o francês.

Se alguém dessa elite romena doutra época quisesse emigrar, Paris era a capital sonhada?

Paris era o único lugar, sim. Mas também é importante compreender a História da Roménia, porque a Roménia que temos hoje tem, na verdade, pouco mais de 100 anos. Assim, quando falamos da elite romena que emigrava para Paris, estamos a falar das regiões da Roménia que eram já Roménia. Portanto, não estamos a falar da Transilvânia e do Banato, que faziam parte do Império Austro-Húngaro. Para essas, seria mais fácil ir para Viena.

Nasceu no Banato, em Timisoara. Tem memórias da infância, que coincidiu com os últimos anos do regime comunista?

Sim, muitas. Tinha quase 10 anos quando se deu a revolução na Roménia, em 1989. E lembro-me muito bem do facto de, na década de 1980, a austeridade impos-

ta pelo governo ser muito pesada. Estava tudo num cartão de racionamento. O governo dizia quanta carne, quanto açúcar ou quanta manteiga se podia comprar por semana, para cada pessoa da família. Lembro-me de que para comprar algo tinha que se ficar na fila. Oficialmente, nada podia ser feito, nada funcionava. Estava-se duas horas na fila para comprar pão, três horas para comprar leite. No entanto, as pessoas aprendiam a sentir-se confortáveis com um sistema que operava na sombra. Toda a gente, se precisasse de ir ao dentista, tinha de levar, digamos, uma garrafa de whisky para poder entrar no consultório. Mas como se consegue a garrafa de whisky? Bem, talvez fosse do mecânico de automóveis. E depois, se o dentista viesse a precisar de arranjar o carro, a única forma era trazer-lhe uma garrafa de whisky. Tudo era baseado em trocas, não tinha nada a ver com dinheiro, porque o dinheiro não tinha valor. Não se podia comprar a garrafa de whisky, tinha que se recebê-la de outra pessoa, como pagamento.

As autoridades comunistas combatiam esse sistema alternativo ou eram discretamente cúmplices deles?

Estavam no topo do sistema, porque eram eles quem conseguia trazer aquela possível garrafa de whisky de fora do país. E depois geravam todo este ciclo. Esta foi a sociedade em que cresci. E lembro-me dos meus pais, e de todos



“Enescu sempre manteve o elemento folclórico romeno na música, mas é uma linguagem harmônica influenciada pela escola wagneriana dos compositores germânicos, e com este belo toque de orquestração e estilo dos compositores franceses.”

-me que quando cheguei aos Estados Unidos, aos 17 anos, toda a formação que fizera na Romênia era muito superior a qualquer coisa que fizesse nos Estados Unidos. Mesmo ao nível do mestrado, a teoria musical e a formação musical não eram tão intensas como as que eu tinha feito no 8.º ou 9.º ano na Romênia.

A música era uma aposta do regime comunista, mas também já fazia parte da tradição da Romênia monárquica?

Sim, com certeza. E remonta a George Enescu e a outras pessoas, no final do século XIX, que estabeleceram as bases para um sistema educativo musical realmente excelente.

Referiu Enescu. É o grande nome da música clássica romena?

Na altura, Enescu era mesmo o grande nome. Estamos a falar de alguém que nasceu em 1881. Portanto, que cresceu nas duas últimas décadas do século XIX. E, nessa altura, a Romênia não era um país tão focado neste tipo de arte erudita. Se olharmos para o mapa, há uma grande encruzilhada onde a Romênia fica. Por causa do Danúbio, do Mar Negro e dos Cárpatos sempre se manteve como uma fronteira entre o Norte e o Sul e entre o Leste e o Oeste. Tantos impérios e povos, ao longo de mais de mil anos, vieram e trouxeram as suas influências. Mas o país era, sobretudo, uma sociedade agrária. Não era tanto uma sociedade que florescesse, porque quando as pessoas passam fome, é muito difícil pensarem em arte. Depois, quando se chega a um patamar economicamente estável, investe-se nas artes. É um progresso natural do funcionamento das sociedades, e é por isso que, na década de

1880, quando Enescu nasceu como um talento inacreditável, muito foi possível. E a Romênia, na verdade, onde se destacava era nas tradições e na música folclórica. É o país mais rico que conheço em termos de tradição e produção folclórica. É a arte popular que se faz. Na tecelagem, por exemplo, é a criação dessas belas roupas que são realmente únicas. Na música também. E isso é algo que Bartók descobriu quando começou a viajar na Transilvânia e a documentar toda a música folclórica. Descobriu que cada aldeia da Romênia tinha a sua própria versão da tradição e dos elementos musicais.

Essa música folclórica romena afetou a obra de Enescu?

Enescu vem desse legado. Era extremamente talentoso e com pais ricos. Quando Enescu tinha apenas 5 anos, levaram-no a um professor na cidade. Não sabiam o que fazer com ele. E o professor disse: “Têm de o mandar para Viena imediatamente para que possa estudar.” Então, Enescu foi para Viena muito cedo, com 7, 8 anos. Foi para estudar, e lá conheceu Brahms, que ainda estava presente. E há uma história de Enescu a tocar para Brahms. Já adolescente, Enescu foi para Paris para continuar a estudar, porque Paris era realmente o centro do ensino da música clássica. Foi estudar composição. E estudou com Fauré e Massenet. E os compositores franceses, Ravel, Debussy, respeitavam-no muito.

Portanto, formou-se tanto em Viena como em Paris. Mas manteve sempre a tal ligação à tradição musical romena?

A forma como descrevo a música de Enescu é que manteve a alma romena. Enescu sempre manteve o elemento folclórico na música, mas é uma linguagem harmônica fortemente influenciada pela escola wagneriana dos compositores germânicos, e com este belo toque de orquestração e estilo dos compositores franceses.

É algo único?

Penso que é algo único na História da Música, não apenas na Romênia, porque Enescu absorveu tanto de onde quer que estivesse que criou realmente a sua linguagem musical. Na época, não havia compositores com a qualidade de Enescu na Romênia, nem com a qualidade, nem com a produção, e Enescu foi o primeiro a abrir uma escola de composição na

os que nos rodeavam, estarem sempre a tentar pensar num amanhã diferente, mas, ao mesmo tempo, não faziam a mínima ideia do que poderia ser diferente. Como a Romênia estava completamente fechada, não se podia viajar. Poucas pessoas tinham permissão para viajar, e só por motivos específicos. E muitas das pessoas que saíam da Romênia,

por exemplo para um intercâmbio de trabalho, não regressavam.

Cresceu numa família de amantes da música?

Sim. O meu pai e a minha mãe decidiram que a música era mesmo importante para nós. Mas deixe-me fazer aqui um parêntesis para dizer que uma das coisas que a Romênia sempre fez foi dar importância à Educação. E so-

bretudo a Educação Musical tornou-se uma obsessão. De certa forma, em linha com outros países da Europa de Leste, a Educação Musical e a formação eram de um nível absurdamente alto.

Não precisava de uma garrafa de whisky para poder ter aulas?

Não, era preciso sim ter talento e trabalhar muito. E era muito intensa a aprendizagem. Recordo-

» continuação da página anterior

Roménia. Começou a promover a ideia de que podia haver compositores na Roménia, e o país começou a trilhar esse caminho, houve a criação de uma orquestra, e depois o Ateneu foi construído e transformado numa sala de concertos. E é por isso que ele não é apenas respeitado como compositor ou intérprete, mas também como a pessoa que iniciou a Roménia nesse caminho. Ora, tinha essa capacidade, porque, tendo estado no Ocidente, era muito apreciado. Teve acesso a bastante dinheiro por causa da sua carreira, mas também estava muito ligado à família real. Casou com uma senhora de uma família quase da realeza, o que foi uma tragédia para ele, porque quando as coisas começaram a mudar, e, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, acabou por perder tudo, porque estava associado à monarquia. Enescu morreu na pobreza, em Paris, sem poder sequer pagar qualquer tipo de cuidados. A única coisa em que estava interessado era em compor e retribuir ao seu povo. Era muito leal às raízes romenas.

É diretor do Festival Enescu, que se realiza em agosto e setembro em Bucareste. Associamos muito a Roménia à música clássica. Este é o soft power da Roménia, a música clássica em geral, e o Festival Enescu em particular?

Bem, sim, porque Enescu e o Festival Enescu tornaram-se, desde a revolução de 1989, quando começou o formato atual, talvez a maior marca que a Roménia tem para oferecer ao exterior. E para que uma marca tenha realmente sucesso, é necessário que tenha respeito dentro e fora do país. O Festival Enescu reúne definitivamente estes dois aspetos. Os romenos orgulham-se de três coisas: do Festival Enescu; da geografia da Roménia – cada romeno lhe falará da beleza da Roménia; já estive na Roménia, sabe que é fantásticamente bonita; e em terceiro lugar, falam do atual boom económico criado pelas TI. Portanto, estas são três coisas de que as pessoas na Roménia se orgulham. Mas o Festival Enescu, sendo o maior embaixador cultural e catalisador da qualidade e excelência romenas, é uma afirmação importante. E é interessante, historicamente, que 1958, o ano da criação do festival, coincidiu com o momento em que a Roménia disse: “Fora com a influência rus-



O maestro Cristian Macelaru na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024. Debaixo de chuva.

CHRISTOPHE ABRAMOWITZ, RADIO FRANCE

sa.” E foi quando expulsaram o Exército russo. Desde a Segunda Guerra Mundial, havia uma presença russa muito forte.

A Roménia pertencia ao Bloco Soviético, mas queria ser diferente. Lembro-me de ver a Roménia desfilar, em 1984, na abertura dos Jogos de Los Angeles, ignorando o boicote de Moscovo. Não se tratava apenas de uma decisão de Ceausescu, vinha de antes. E o Festival Enescu fazia parte do esforço de manter a distância com Moscovo?

Usaram a ideia de alinhar a Roménia com o Mundo Ocidental, através da cultura. Esse foi um motivo secundário para a criação do festival, em 1958. A primeira razão era promover a música de Enescu, mas viram isso como oportunidade, porque Enescu era muito conhecido fora da Roménia. Mas lembro que o governo romeno não interveio para ajudar Enescu em 1955. O túmulo de Enescu ainda se encontra em Paris. Portanto, houve uma geração de músicos, pensadores e políticos que viram uma oportunidade de fazer algo certo por Enescu, celebrando o seu génio e a sua música, mas também de se alinharem, através da reputação de Enescu, com o Ocidente.

Portanto, este festival foi também um movimento político. Mas tolerado pelo regime.

Viam isso como algo útil. Tudo durante o regime na Roménia tinha de ser feito de uma forma que tivesse um duplo ou triplo significado. E, se pensarmos bem, é se-

melhante ao regime soviético, porque os compositores soviéticos escreviam algo que, superficialmente, soava patriótico, mas para o mundo exterior era um enorme alarme. Shostakovich foi um mestre nisso.

Como romeno com uma carreira internacional, como olha para o seu país? Houve muitas mudanças nos últimos 40 anos, e hoje estão na União Europeia, também na NATO. A Roménia é uma história de sucesso?

Sim, a resposta curta é sim. Penso que a Roménia, desde 1989, criou uma geração que se concentrou muito em alinhar o país com a parte Ocidental do mundo. É uma das razões pelas quais a adesão à NATO foi tão importante. Porque veja o que está a acontecer hoje. Entrámos para a NATO numa al-

“Os romenos orgulham-se de três coisas: do Festival Enescu; da geografia da Roménia – cada romeno lhe falará da beleza da Roménia; já estive na Roménia, sabe que é fantásticamente bonita; e, em terceiro lugar, falam do atual boom económico criado pelas TI.”

tura em que era aceitável para os russos. Se não, estaríamos na mesma situação que a Ucrânia. E passámos a fazer parte da União Europeia e, agora, também estamos no Espaço Schengen. Mas geograficamente sempre estivemos em desvantagem na Europa, porque estamos realmente na fronteira externa. Encontramo-nos na tal encruzilhada. A Roménia sempre alinhou com o Ocidente, por vezes em nosso prejuízo. Mas fizemo-lo para podermos mostrar a toda a União Europeia, e à Europa, enquanto continente, a nossa lealdade aos valores que partilhámos. Portanto, é uma história de sucesso no sentido em que conseguimos fazer parte desta família europeia mais vasta.

Essa vocação ocidental continua forte entre os romenos?

Se olharmos, em alguns aspetos, na verdade, Portugal e a Roménia são muito semelhantes, estando nos extremos deste continente. E é interessante porque penso que, se olharmos para o que a União Europeia está a tentar alcançar em termos de um conjunto unificado de valores e ideias, esta é, na verdade, de certa forma, a parte mais difícil da missão. Porque está a tentar unir as pessoas, mas elas estão a chegar de diferentes pontos da História. Porque cada sociedade tem um ciclo no seu caminho de avanço e de desenvolvimento. Quando se tenta unir países que estão em jornadas diferentes, e se tenta fazer com que todos façam parte da mesma jornada, isso é muito difícil. Esse é o

problema. E onde podemos realmente ser melhores como União é ao mesmo tempo permitirmos a identidade que é dada pela cultura de cada país, e celebrar isso. Sabe, depois do recital organizado em Lisboa pelo Instituto Cultural Romeno, fui a uma Casa de Fado, e foi tão bonito. Também me lembro de ir a Madrid e ouvir flamenco. E quando levo as minhas orquestras para o Festival Enescu, contrato sempre um grupo da Roménia para dar um concerto especial depois da nossa participação no festival, para que os músicos possam ouvir música folclórica romena. Essa é a identidade realmente verdadeira e bela que é única em cada lugar, e é isso que deveríamos celebrar, não porque seja nacionalista, mas porque fala da nossa individualidade. As pessoas, nesta nossa grande União, sentem que estão a perder a sua própria identidade. Muitas pessoas sentem que sua identidade é apagada por fazerem parte de um experiência política tão grande, e é aí que o atrito começa. É aí que as pessoas sentem: “Ah, não me podem impor o que eu faço no meu país.”

Está a explicar alguns eventos políticos recentes na Roménia...

É por isso que, no momento em que alguém perde a sua identidade cultural, tenta substituí-la pelo nacionalismo. Identidade cultural não é nacionalismo. Identidade cultural é o aspeto mais belo do indivíduo, de cada região, até mesmo do mundo.

Há muita curiosidade em Portugal sobre a Roménia por causa da língua latina, porque estão rodeados de povos germânicos, eslavos, magiares. Ser uma espécie de ilha latina faz a diferença para a identidade nacional?

Sim, porque é incrível, para mim, o quanto a forma como pensamos é influenciada pela língua que falamos. Com cada língua que aprendemos, ganhamos uma perspetiva diferente do mundo. Quando falamos uma língua latina que é tão semelhante à de nações irmãs, pensamos sobre conceitos de forma semelhante. Talvez esta seja uma das razões pelas quais nós romenos sempre tentámos criar uma ponte até França, até Itália, até mesmo Portugal. Temos muitas influências, os magiares a Oeste, e a Leste a de alguns vizinhos na astronomia, mas talvez por causa da língua latina partilhada, tentamos conectar-nos mais com o Ocidente.



Carrie Coon continua a ser a grande "arquiteta" social da série.

'The Gilded Age': a América das ambições e jogos de poder

STREAMING A nova da temporada da série concebida pelo mestre de *Downton Abbey* estreia hoje na Max e não desilude: venham de lá os aprazíveis conflitos sociais e domésticos, com espetacular sentido de época.

TEXTO INÊS N. LOURENÇO

De há uns anos a esta parte, o drama de época passou a ser um género suscetível à linguagem *pop*, com muitas séries a integrarem elementos "modernos". Não *The Gilded Age*, bem entendido. A variante americana de *Downton Abbey*, pelo mesmo criador, Julian Fellowes, chega à 3.ª temporada com aquele orgulhoso porte de classicismo, leveza e graça que quase sugere elevação em quem a vê: de repente, a confusão trágica do nosso mundo é substituída por conflitos benignos, ainda que profundamente humanos, de uma sociedade que está a aprender a viver na era da grandeza e opulência, fruto do progresso industrial e da prosperidade económica. Recorde-se: é esse o significado da expressão "*Gilded Age*" (Era Dourada), que Mark Twain cunhou no romance homónimo e Fellowes recuperou para encenar, no pequeno ecrã, as intrigas entre o dinheiro antigo e o dinheiro novo na Nova Iorque dos anos 1880.

De volta à Max estão as dinâmicas domésticas na casa das irmãs viúvas Agnes e Ada (Christine Baranski e Cynthia Nixon), por um lado, e, por outro, a impaciência social de Bertha (Carrie Coon), que literalmente compete com a autoridade do marido, George (Morgan Spector), no que ao casamento da filha diz respeito. A partir deste eixo central, a nova temporada de *The Gilded Age*,

com oito episódios, andarà então em torno de diferentes manifestações de poder, que ecoam nas restantes personagens, incluindo do *staff*.

E, justamente, foi por aí que começou a conferência de imprensa onde o DN participou, via Zoom, com uma questão relativa ao succulento título do primeiro episódio: *Who's in charge?* (Quem manda?). Tal como observámos, esta é uma interrogação que pode fazer sentido para toda a temporada, mesmo que se refira, desde logo, à mudança de estatuto de uma das irmãs representativas da velha Nova Iorque.

"Sempre me fascinaram as pessoas que fingem que a perda de dinheiro, e de posição social, não

as afeta em nada, que tudo pode continuar como dantes... É claro que não pode. Ainda hoje sabemos que não é assim", diz Julian Fellowes de rajada, falando da personagem de Baranski, uma das mais fascinantes da série. E prossegue: "Aqui temos Agnes, com uma crença inabalável no conceito, essencialmente europeu, de 'grandeza por nascimento'. Ela começa pseudo-confiante de que tudo voltará ao normal."

Porém, no suposto comando está agora Ada (devido à fortuna do falecido marido), que, "pela sua natureza [dócil] e generosidade, se contenta com o facto de Agnes fingir que não mudou muita coisa. Só ao longo da temporada é que ela adquire a confiança do

seu direito a mandar – interessou-me explorar essa mudança", resume o criador britânico, referindo ainda que "os americanos são uma nação mais realista" sobre estas coisas, no contraste, por exemplo, com os ingleses.

O progresso social, antes do tecnológico

Já do outro lado da rua, na casa palaciana de Bertha, discute-se o destino da jovem Gladys (Taissa Farmiga), que não quer ceder ao arranjo de um casamento com o duque de Buckingham... Há que compreender esta mãe: "Bertha acredita que o que está a fazer assenta numa questão existencial. Ela quer que a filha esteja segura, mas também quer que se sinta realizada e tenha um sentido de propósito – acho que Bertha sabe o que é ter essa capacidade frustrada. No fundo, está ansiosa de que a filha tenha o tipo de poder que ela não tem", defende a sua intérprete, Carrie Coon. Ironia das ironias, Bertha tem alguma razão: a liberdade pode muito bem vir com o *status*, uma vez que este confere poder. É preciso pôr o jogo social em perspetiva.

A propósito, ouve-se declarar a certa altura na série que "a sociedade não é conhecida pela lógica, sobretudo no que às mulheres diz respeito", e talvez seja essa falta de coerência que as mulheres de *The Gilded Age* tentam compensar com as suas atitudes aparentemente extremas.

Como extremo é o regozijo de ver duas grandes damas da televisão interagirem, neste caso, Christine Baranski e Cynthia Nixon. Quando lhes perguntam como foi interpretar a nova fase na casa das irmãs – que pressupõe papéis invertidos –, Baranski não resiste ao tom coloquial: "*Yummy!* Sabe, quando a realza cai do trono, isso rende uma boa história, e também rende deliciosos momentos cómicos. Nós divertimo-nos muito, não foi?" Nixon anui sorridente, e diz: "É como se tivéssemos um partido político no poder durante muito tempo e, de repente, a oposição passasse à liderança e tivesse de fazer acontecer tudo o que vinha a ser reclamado."

Então, afinal, quem manda na temporada? A cocriadora Sonja Warfield concorda conosco: "Tematicamente, toda a temporada é sobre quem manda na sociedade, nos casamentos... enfim, sobre quem tem o poder." E não é apenas Bertha.

LIVROS DA SEMANA

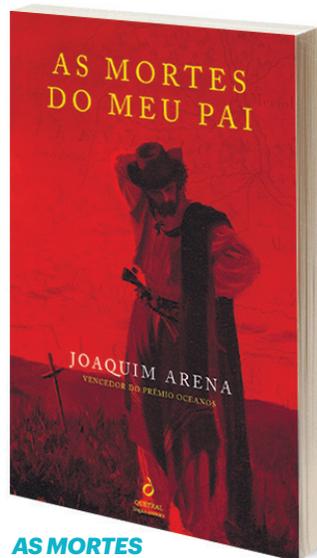
Romance sobre o antigo Texas de Portugal

Joaquim Arena retrata em *As Mortes do Meu Pai* a violência do século XIX, recuperando o episódio de rebelião do 'Remexido', que durante anos alvoroçou o Algarve.

TEXTO JOÃO CÉU E SILVA

Antes de mais há que enquadrar o tempo do novo romance de Joaquim Arena, *As Mortes do Meu Pai*, pois é cenário temporal que a quase totalidade dos portugueses em muito desconhece: 28 de julho de 1838. Esta pode ser a data mais emblemática pois é quando o "herói" deste romance, José Joaquim de Sousa Reis, mais conhecido por *Remexido*, é capturado pelo Exército Liberal e conduzido para Faro, onde é levado a Conselho de Guerra e fuzilado em menos de uma semana. Ou seja, estamos perante um livro que regressa às lutas entre D. Pedro e D. Miguel, e a um período bastante prolífico em acontecimentos políticos de exceção e confrontos populares. Uma revolta que, assume Arena, lhe faz "lembrar o romance de Vargas Llosa, *A Guerra do Fim do Mundo*, no qual existem dois mundos distintos que se opõem no Brasil do final do século XIX: a república e António Conselheiro, representando, este, o antigo regime."

Esta época da História de Portugal, o século XIX, continua muito ignorada pelos portugueses, daí que se questione o escritor Joaquim Arena sobre a escolha desse tempo e de como foi inteirar-se destes anos, principalmente os vividos tão a Sul? Começa por referir a sua paixão pela História, desde criança, e também pela Geografia, enquanto estranha que a época escolhida para a narrativa seja completamente desconhecida dos portugueses: "Não o deveria ser." Explica o porquê: "Esta primeira metade do século XIX é a época mais violenta que o país conheceu, em que mergulha



AS MORTES DO MEU PAI

Joaquim Arena

Quetzal
247 páginas



Joaquim Arena quis entender a violência algarvia de Remexido.

numa guerra civil, seguida de uma guerrilha nas serras do Algarve, para além de bandos de insurgentes por todo o Alentejo. Mas há razões para a violência porque se vive um período de transição do antigo regime para o que se pode chamar de modernidade. Ou seja, o reflexo das ideias napoleónicas vindas da Revolução Francesa, com a Carta Constitucional a ser o garante dos direitos dos cidadãos, assim como o Código Civil. Há uma

ruptura no modelo de sociedade e de governo, que parte do país não apoiava por estar ainda muito ligado à ordem anterior, a do Rei absoluto e a da Santa Aliança entre o Trono e o Altar."

Também se questiona sobre o protagonista escolhido: "Quando descobri *Remexido*, fui procurar tudo o que havia sobre ele. O que mais me fascinou, desde logo, foi essa adesão completa à ideia do trono e do altar, e o esforço, que pagou com a sua morte e a de dois dos seus filhos, para que D. Miguel voltasse a instalar o absolutismo em Portugal, numa verdadeira epopeia contra o ritmo dos tempos. Em seguida, descobri que mal começava o Alentejo, o Sul foi sempre caracterizado pela violência, desde a Idade Média e onde as autoridades sempre tiveram problemas com assaltos, banditismo e assassinios. Encontrei registos e relatos de uma 'terra sem lei' sobretudo no século XVIII, o que ajuda a compreender estes bandos de homens à deriva, de bandidos, desertores e assaltantes que se juntaram a *Remexido*, sempre mais pelo saque do que pelas suas convicções políticas."

Para Joaquim Arena, o Sul de Portugal foi sempre violento: "É uma espécie de Texas ou México de Portugal. Para se ter uma ideia, o último fôlego da guerrilha – mais bandos de assaltantes do que outra coisa – é já a meio do século, 1848/50, com a morte dos irmãos Baião, no Alentejo, emboscados pelas autoridades. Ou seja, mais de uma década após o fuzilamento de *Remexido*."

As Mortes do Meu Pai é um romance que não surge do acaso, nem será a narrativa

que os leitores esperavam após o premiado *Síriaco e Mister Charles*. Joaquim Arena tem essa consciência: "Acho que é o romance que me esperava depois de *Debaixo da Nossa Pele* e de *Síriaco e Mister Charles* e com ele encerro a *Trilogia Negropolitana*, em que dei voz a homens e mulheres descendentes de escravizados trazidos para a 'Metrópole'. Negros na Metrópole, os negropolitados, que por cá viveram e se misturaram, fazendo parte da paisagem urbana e rural deste país." Para o escritor, tanto *Síriaco* como *As Mortes* "são uma espécie de *spin-off* de *Debaixo da Nossa Pele*, onde Síriaco e a figura de *Remexido* e a do jovem soldado negro, Domingos, já estão presentes". Portanto, assegura, "foi uma trilogia que se impôs pelas próprias personagens, pela época e o espaço onde estas histórias decorrem e que fecha um capítulo de romances históricos localizados entre o final do século XVIII e inícios do XIX".

Também existe uma outra novidade em *As Mortes do Meu Pai*, a de ser escrito num registo que não é o habitual no autor. A história exigia uma outra linguagem e Joaquim Arena confirma-o: "Sim, depois de ter procurado por várias opções, o registo final ficou diferente e pouco habitual pois escrevi o livro todo na segunda pessoa do singular." Explica: "A primeira razão para fugir ao registo da terceira pessoa ou da primeira, que são os mais usuais, foi o receio de ficar demasiado colado aos factos históricos. Tal acontece em muitas abordagens deste tipo e tive receio de ir 'à boleia' dos acontecimentos e tornar a narrativa em algo desinteressante ou pouco dinâmico. A segunda pessoa, além de ser bastante envolvente para o leitor, tem o condão de ser uma escrita evocativa por excelência. Que é o que se passa no livro, quando há uma razão para essa evocação e que é, ela própria, complexa. Ou seja, a filha mais velha confronta o pai com as suas responsabilidades em várias mortes ocorridas durante a luta que opôs a guerrilha miguelista às tropas do Exército Liberal e depois as da rainha, já com o novo governo estabelecido, após a Convenção de Évora-Monte."

LANÇAMENTOS



TIRA O DISCO E TOCA AO VIVO
João Govern
FFMS
157 páginas

MÚSICA 1

A experiência do autor sobre o tema bastaria para se justificar ler este ensaio sobre o ex-admirável mundo da música ou, principalmente, o que resta de um dos maiores devaneios que durante meio século fizeram da vida uma maravilha: as canções, o rock e a pop. Ao escolher o nome de uma música para cada capítulo da odisséia que relata a troca do *Long Play* pela música em suporte digital, com uma passagem redentora para a indústria enquanto houve CD, João Govern dá substância às palavras do "visionário" David Bowie que antecipava o músico como intérprete *globetrotter* de atuações ao vivo para sobreviver à falta dos direitos de autor. O fim do encarte, o fim das discotecas, o fim das revistas da especialidade, o fim das superbandas, o fim... desse mundo, perpassa por esta centena e meia de páginas sob o crivo de uma análise em que se leem termos como Spotify e *streaming* em vez de outros que caracterizaram as décadas em que o vinil foi rei. Mesmo que alguns saudosistas reclamem a ressurreição do vinil que globalizou os antigos ídolos e as suas canções a todo o custo em vez da "fast food sonora" que se encanta com uma profusão de conceitos, tatuagens e imagens.



JULIO IGLESIAS
Ignacio Peyró
Zigurate
271 páginas

MÚSICA 2

Para metade da população mundial o nome Iglesias já não identifica o cantor Julio que o tornou famoso. Para a outra metade, o desaparecimento público precoce do artista nos últimos anos facilitou o esquecimento do ídolo. Aproveitando essas duas metades, o jornalista espanhol Ignacio Peyró decidiu fazer uma espécie de biografia do Julito, que intitulou de forma verdadeira como *O Espanhol que Encantou o Mundo*, e esgravata com bom gosto o que foi a vida de um cantor que se internacionalizou como poucos outros desta Península Ibérica. Pela narrativa passa a sua carreira, de braço dado com os seus amores, uma duplicidade que o elevou ao sucesso mundial. O autor poupa o Iglesias atual, de quem diz ter sabido evitar fazer "figuras ridículas" no fim da carreira, de resto relata tudo.



Direto à leitura António Carlos Cortez

Um país ao espelho: o exame de Português hoje

Quem leia e releia o Exame Nacional de Português (1.ª fase) chegará a algumas conclusões que, em tempo de radicalização do discurso político e de superficialidade no modo como nos aproximamos dos debates sobre os mais diversos temas, não deixarão de legitimar precisamente – do outro lado da barricada – respostas enfiadas, ou mesmo venenosas, ou, quando não, o esgar irónico, ou a propositada incompreensão (uma forma de bloquear toda a argumentação e o debate a fazer-se). A um primeiro olhar, este exame parecerá estar de acordo com algo que muito agrada aos que o conceberam: Camões e Pessoa – *Os Lusíadas* (1572) e *Mensagem* (1935) – são os eixos desta prova, sendo que a Parte C, dedicada à questão do Herói, até solicitava do estudante uma capacidade de redacção (sem delimitar número de palavras – o que é bom) a partir da comparação entre o texto da parte B (o poema “D. Fernando, Infante de Portugal”) e as oitavas 51-53 do Canto IV de *Os Lusíadas*. E é neste particular que teremos de pôr a questão: estarão os estudantes de hoje, em 2025, depois de uma escolaridade feita verdadeiramente sem leituras de qualquer livro, quantas vezes com aulas que decorrem na mais absoluta das distrações ou na mais nefanda das anarquias –, estarão os nossos alunos preparados para este tipo de trabalho de comparatismo (ainda que simples)?

A questão é sensível, pois que, justamente por ser o tema dos dois textos em presença o Herói – tema que mereceu de Rafael Argullol um dos mais extraordinários ensaios (*O Herói e o Único – O Espírito Trágico do Romantismo*, Veja, Lx, 2009) – podemos e devemos mesmo perguntar se para o aluno sem leituras ao nível do ensaio e sem leitura ou memória alguma dos textos do chamado cânone escolar, o tema do herói não é, como qualquer outro tema, qualquer coisa do domínio do estranho, do obtuso, do incompreensível. É que, quem lecciona neste nível de ensino e na universidade sabe bem que são raríssimos os alunos que leram os trechos da epopeia insertos nos manuais adoptados na disciplina de Português. Quem é professor não ignora que são poucos ou nenhuns os alunos (e até alguns, não raros, docentes) que leram *Os Maias* (1888), romance onde a questão do herói e do anti-herói é primordial para entendermos quem é Carlos. Já agora, Carlos é, verdadeiramente, um anti-

herói e que, na visão crítica de Jacinto do Prado Coelho, falha na vida não por causa, mas apesar da educação. Esta tese, de resto, poderemos nós aplicá-la a quase todo o estudante português: apesar de andarem na escola, falham. Ainda sobre a questão do herói, e porque nas acções de formação que por aí se fazem a didáctica do texto literário é de somenos importância (abundam as formações sobre capacitação digital e mil e uma plataformas a usar para questões de autonomia do aluno e proficiência do docente, mas saber ler e escrever, saber comentar e analisar – isso tá quieto! É raro!), importaria lembrar que a questão do herói é central num dos mestres de Camões: Fernão Lopes. Mas que consciência tem o estudante de ser esse um tema axial da própria literatura? Nenhuma. Quem ouviu falar, ou leu um trecho da tese de Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, *O Herói na crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (Prelo, Lx, 1974)? Logo, apesar das boas intenções de quem faz o Exame, este tipo de prova – repito-o ao fim de 24 anos a condenar o abaixamento, de ano para ano, da exigência para com aqueles que vão para o Ensino Superior –, este Exame vem mostrar e demonstrar o óbvio: independentemente da “coerência” da prova, não há avaliação, de facto, das competências da escrita e da leitura, porquanto o aluno apenas tem de dominar algumas estratégias de análise metódica do texto lírico ou do texto épico (nas partes A, B e C) para responder às questões colocadas. E, portanto, se ignoram questões teóricas e míticas, se não compreendem os processos de figuração do herói no texto literário, como escrever, com rigor, aquela Parte C deste exame? Deriva daqui – desta ignorância geral em relação a um tema capital da formação das literaturas – outra ordem de problemas: a ausência de redacção escrita neste tipo (esgotadíssimo!!) de Exame de acesso à Universidade.

Nem vale a pena comparar o Exame de Português de 1994, ou de 1997, com os de 2020, ou de 2025. Gradual e engenhosamente, os que concebem os Exames de Português foram fazendo desaparecer questões que implicam a redacção rigorosa e segura em língua portuguesa. No Grupo I, Parte A, a respeito das oitavas de Camões (três!!), há duas perguntas obrigatórias e uma terceira opcional. Esta última questão é um exercício tão estupidamente bacoco (seleccionar uma opção adequada para um texto lacunar, avaliando se o aluno sabe

identificar o que sejam uma apóstrofe, uma sinestesia e uma anáfora) que recordamos, com alguma saudade, aquela questão clássica de outros tempos: “Comente o efeito expressivo de x [uma figura de retórica] presente no verso y e de que modo esse processo contribui para o entendimento do título/estrofe/personagem” (eram perguntas que exigiam o comentário, note-se).

Agora – como nos exames de condução, ou à maneira americanóide da moda – o estudante tem ao longo do exame perguntas opcionais. Sublinho, já agora, a pergunta número 6 da Parte B, onde, a respeito do poema de Pessoa, o aluno tinha de escolher três afirmações que pudessem ser comprovadas “através da leitura” desse poema. Trabalho hercúleo, pois: escrever na folha de respostas o número do item escolhido e as três letrinhas correspondentes às opções seleccionadas. Que dizer? Haverá, de facto, alguma espécie de preocupação por prepararmos, de forma comprometida com um ideal de aprendizagem da língua nos domínios da escrita e da leitura, os estudantes deste país? Muito terão sido aqueles que, na 2.ª feira, um pouco por todas as escolas portuguesas, ao verem as três estâncias do Canto IV, logo sorriram, ou desistiram, ou ficaram em pânico. É que falta ensino da História e muitos não fazem ideia alguma de quem foram D. Duarte e D. Fernando.

Falta, na formação dos professores – muitos deles de uma geração já refém de um modelo acéfalo de ensino onde tudo é

jogo didáctico, facilitação de aprendizagens e absoluta inexistência do texto literário como âncora da aula de Português – uma sólida didáctica da literatura e da língua. O hipérbato, o anacoluto, o quiasmo, saberão os alunos desmontar e compreender estes processos sintácticos na frase camoniana e nas quintilhas de “D. Fernando, Infante de Portugal”. E se não houvesse qualquer nota de rodapé? Compreenderiam os alunos um e outro texto? Já agora, é grave quando se tem de colocar o significado de “Fortuna” em nota de rodapé. George Steiner, em 1999, constata: “Os meus alunos de Oxford, de Harvard, não sabem já o tema da ‘Canção de Rolando’ e onde é Roncesvalles.” E dizia, pesaroso: qualquer dia teremos de ter notas de rodapé em tudo...

Este Exame não é necessariamente pior nem melhor que quaisquer outros que, nos últimos 20 anos se fizeram em Portugal. Mas é o espelho da nossa indigência: o melhor aluno de hoje a Português jamais faria o Exame de 1994, ou de 97, quando se exigia o comentário geral a um poema a partir de tópicos de análise crítica e, no grupo subsequente, a síntese ou o resumo, ou a dissertação. Estou em crer, na verdade, que não haveria ninguém capaz de fazer a Prova Geral de Acesso – essa mesma, a do tempo do ministro Couto dos Santos! E a questão não é ideológica, sequer. Quando a Gramática da língua de Camões se avalia a reboque de uma bateria de exercícios a partir de um texto (Tolentino Mendonça), o mínimo que posso dizer é que esses exercícios não atestam qualquer competência: o estudante “marrou” a classificação de orações e algumas funções sintácticas e pode até acertar todas as opcionais.

Todavia, esse é o mesmo aluno cuja redacção está pejada de erros de sintaxe e de semântica verbal, é o estudante que, passados 12 anos, tem um universo cultural paupérrimo – e nada leu – nem poesia, nem ensaio, nem algumas páginas dos famigerados manuais – sobre Camões e Pessoa. E que lhe interessa a sociedade ou o indivíduo? Nas esplanadas junto dos liceus venha o próximo exame com perguntas opcionais e quase nenhuma escrita. Em terra de cego...

Professor, poeta e crítico literário
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico

“

Este Exame não é necessariamente pior nem melhor que quaisquer outros que, nos últimos 20 anos se fizeram em Portugal. Mas é o espelho da nossa indigência: o melhor aluno de hoje a Português jamais faria o Exame de 1994, ou de 97.”

Triunfo histórico de Portugal no adeus ao Europeu

49-63. Este é o resultado da primeira vitória da seleção feminina de basquetebol num Campeonato da Europa. Portugal venceu o Montenegro, na 3.ª e última jornada do Grupo C, mas disse adeus ao EuroBasket. Destaque para Josephine Filipe (13 pontos, 5 ressaltos e 3 assistências) e Sofia da Silva, MVP com um duplo-duplo (10 pontos, 10 ressaltos, 3 assistências e 1 roubo).



FIBA

Ucrânia recupera posições em Sumi e trava avanço russo

ESTRATÉGIA Rússia tenta estabelecer uma zona de segurança nas províncias fronteiriças de Sumi e Kharkiv para evitar ataques contra regiões russas.

O comandante chefe das Forças Armadas da Ucrânia, Oleksandr Sirski, assegurou ontem que as tropas ucranianas conseguiram travar o avanço russo na região nordeste de Sumi, recuperando a localidade de Andriivka e avançando na zona de Yunakivka.

Também a plataforma de análise militar DeepState confirmou que a Ucrânia recuperou o controlo de Andriivka.

A Rússia tenta estabelecer uma zona de segurança nas províncias fronteiriças de Sumi e Kharkiv (no leste) para evitar ataques ucranianos contra o outro lado da fronteira, ou seja, as regiões russas de Kursk e Belgorod. Na região de Kursk, a Ucrânia controla atualmente uma pequena área, cerca de 90 quilómetros quadrados no distrito de Glushkovo, onde as tropas de Kiev

enfrentam cerca de 10 mil soldados russos, segundo Oleksandr Sirski.

A Ucrânia lançou a ofensiva transfronteiriça em Kursk, que faz fronteira com Sumi, em agosto passado, e conquistou inicialmente cerca de 1300 quilómetros quadrados, mas desde então perdeu a maior parte desse território, após uma contraofensiva russa no início deste ano.

A Rússia declarou em abril que havia libertado totalmente a região, mas a Ucrânia sempre negou essa afirmação. Kiev procurava anteci-

par-se a uma ofensiva russa em Sumi e forçar Moscovo a redistribuir tropas colocadas em Donetsk.

Na região de Kursk chegaram a combater cerca de 60 mil soldados russos, reforçados com militares norte-coreanos, mas depois de considerar o território sob controlo, Moscovo pretendia deslocá-los para as frentes de Donetsk, Zaporíjia e Kherson. No entanto, segundo Sirski, foi necessário manter 10 mil militares em Glushkovo.

O general afirmou também que unidades de assalto russas chegaram perto da fronteira administrativa da província de Dnipropetrovsk, mas foram repelidas.

Segundo o DeepState, as forças russas ocuparam aproximadamente 449 quilómetros quadrados de território ucraniano em maio, o número mensal mais alto deste ano.

DN/LUSA

Só em maio, tropas russas ocuparam 449 quilómetros quadrados.

BREVES

Sánchez acorda com NATO apenas 2,1% em Defesa

O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, garantiu ontem que afetará 2,1% do PIB do país às despesas com a Defesa, “nem mais, nem menos”, o que lhe permitirá assegurar o cumprimento de todos os seus compromissos no âmbito da NATO. Numa declaração, após ter alcançado um acordo com a Aliança Atlântica que isenta o país de se comprometer a gastar 5% do PIB em defesa, Sánchez sublinhou que esta percentagem seria “desproporcionada, desnecessária” e incompatível com o Estado social. Estas declarações surgem depois de o líder do executivo espanhol ter enviado uma carta ao secretário-geral da NATO, Mark Rutte, na quinta-feira passada, na qual afirmava que Espanha não se podia comprometer a aumentar as despesas com a Defesa para 5% do PIB na cimeira dos dias 24 e 25 em Haia e sugeria que se abrisse uma exceção ou que o objetivo fosse “opcional”, alegando que fazê-lo seria “irracional como também contraproducente”. Sánchez indicava ainda que o país não se podia comprometer com um objetivo de despesa nesta cimeira”, acrescentando que, no caso de Espanha, segundo as “estimativas militares”, 2,1% do PIB é suficiente para cumprir os objetivos. **DN/LUSA**

Prova do 9.º ano preocupa Sociedade de Matemática

A Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) mostrou ontem preocupação pelo facto de a prova final de Matemática do 9.º ano, realizada na sexta-feira, não ser pública e pela escolha do formato digital sem debate prévio. “Trata-se de um marco fundamental na avaliação da aprendizagem ao longo do Ensino Básico, especialmente considerando que os alunos envolvidos apenas realizaram, ao longo do seu percurso em Matemática, uma prova de aferição há sete anos, quando estavam no 2.º ano de escolaridade. Contudo, a edição deste ano trouxe alterações consideráveis a esta prova que suscitam preocupações legítimas sobre a sua adequação e impacto no sistema educativo”, refere a SPM, num parecer sobre a esta avaliação. Sobre a não-publicação do exame, que o Governo justificou com base na metodologia das avaliações internacionais PISA, a SPM sustenta que a ausência de provas públicas “impede o escrutínio público por parte de professores e especialistas”. No comunicado, a SPM alerta ainda que “estes problemas podem reduzir o valor formativo e avaliativo das provas e levar à consequente diminuição dos desempenhos dos alunos”.



Conselho de Administração Bernardo Penas Belo (Presidente), Luís Figueiredo de Barbedo Trindade, Kevin King Lun Ho, Vitor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalves Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Efraim Tavares **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador) **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



56984

